



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Maria Clara Silva Lage

**O QUANTO AS POTÊNCIAS EMERGENTES PRIORIZARAM O SUL E O NORTE  
GLOBAIS AO LONGO DO TEMPO?**

Recife

2022

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**  
**CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**

Maria Clara Silva Lage

**O QUANTO AS POTÊNCIAS EMERGENTES PRIORIZARAM O SUL E O NORTE  
GLOBAIS AO LONGO DO TEMPO?**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciência Política.

**Orientador:** Prof. Dr. Rafael Mesquita de Souza Lima

Recife

2022

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lage, Maria Clara Silva.

O quanto as potências emergentes priorizaram o sul e o norte globais ao longo do tempo? / Maria Clara Silva Lage. - Recife, 2022.

92 p. : il., tab.

Orientador(a): Rafael Mesquita de Souza Lima

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Ciência Política, 2022.

Inclui referências, apêndices.

1. diplomacia presidencial. 2. sul global. 3. norte global. 4. potências emergentes. 5. status internacional. I. Lima, Rafael Mesquita de Souza. (Orientação). II. Título.

320 CDD (22.ed.)

MARIA CLARA SILVA LAGE

**O QUANTO AS POTÊNCIAS EMERGENTES PRIORIZARAM O SUL E O NORTE  
GLOBAIS AO LONGO DO TEMPO?**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de Ciência  
Política da Universidade Federal de  
Pernambuco, como requisito parcial para  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciência Política.

**Orientador:** Prof. Dr. Rafael Mesquita de  
Souza Lima

**Aprovado em: 25/10/2022.**

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. RAFAEL MESQUITA DE SOUZA LIMA (Orientador)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof. Dr. RENAN HOLANDA MONTENEGRO  
Universidade Estadual do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. PIETRO CARLOS DE SOUZA RODRIGUES  
Faculdade IBMEC São Paulo

## **AGRADECIMENTOS**

A entrega deste trabalho marca o início de uma nova jornada na minha vida. Com o final da graduação cada vez mais próximo, paira um sentimento duplo de nostalgia e ânimo pelo que está por vir. O bacharelado em Ciência Política era um sonho para a minha versão de 2018, que estudava incansavelmente pela oportunidade de ser contemplada por uma vaga na UFPE. Devo confessar que passou muito rápido. Foi um processo por vezes duro, mas de muito crescimento e aprendizado. Neste momento, não poderia deixar de agradecer às pessoas que, durante os últimos quatro anos, caminharam comigo, direta ou indiretamente.

Primeiramente, agradeço ao meu professor Orientador Rafael Mesquita de Souza Lima, que proporcionou a minha primeira oportunidade de participar de um projeto de iniciação científica, ainda no 3º período do curso, bem como a minha primeira oportunidade de trabalhar como assistente de pesquisa em outro de seus grandes projetos. Sem o contínuo incentivo e suporte do professor Rafael Mesquita, a minha graduação não teria sido tão completa. O senhor é um exemplo de responsabilidade, compromisso e honra com a Academia.

Agradeço também ao professor Mikelli Marzzini Lucas Alves Ribeiro pela oportunidade que também me foi concedida de levar a cabo um projeto de iniciação científica dentro de um tema que tanto me interessava. Agradeço, ainda, pela oportunidade de ter sido aceita no projeto de extensão coordenado pelo Professor Mikelli Marzzini, o Observatório de Crises Internacionais, que tem sido um instrumento de muito aprendizado para mim.

Agradeço aos professores Francisco de Assis Brandão dos Reis e Davi Moreira pelas oportunidades de monitoria. Apoiá-los e observá-los de perto me ensinou muito sobre a excelência do trabalho docente. Agradeço ao professor Leon Victor Queiroz pelo apoio e pelo suporte durante os momentos em que mais precisei, ao final da graduação. Agradeço ao professor Dalson Figueiredo pelos diversos conselhos que elevaram meu empenho em entregar um trabalho de qualidade. Estendo meus mais sinceros agradecimentos a todos os professores do DCP que contribuíram com a minha formação e me inspiram diariamente a ser uma aluna melhor.

Agradeço aos meus colegas e amigos, sem os quais a caminhada teria sido muito mais difícil: Beatriz Catunda, Davi Lemos, Darling Lima, João Felipe Marques, Murilo Ribeiro, Myrella Santana, Rita Moura e Thyago Teglas.

Agradeço à minha família, pelo suporte incondicional durante os últimos quatro anos. Agradeço à minha mãe, Cristina, à minha irmã e meu cunhado, Mariana e Cristiano, aos meus sobrinhos, Gabriel e Isabel, e ao meu companheiro, Mateo, sem os quais não seria possível realizar este sonho.

## RESUMO

O Status é um fator importante para as potências emergentes do Sul Global e elas buscam aumentar sua estima internacional, revisando a hierarquia global. Concomitantemente, precisam tomar escolhas diferentes de estratégias internacionais: imitar, desafiar ou seguir vias alternativas de mobilidade internacional em relação às grandes potências. Diante deste dilema, o quanto as potências emergentes priorizaram o Sul e o Norte globais ao longo do tempo? Sabendo que a diplomacia presidencial é um dos marcadores de status do sistema internacional contemporâneo, este trabalho testou a seguinte hipótese: países e organizações internacionais do Sul Global receberam, em média, mais visitas de chefes de Estado/governo de potências emergentes do que países do Norte Global. Acompanhamos a diplomacia presidencial de África do Sul, Brasil, China e Índia entre 1998 e 2019. O número de visitas de chefes de Estado/governo foi coletado através de bancos de dados secundários, o Rising Powers Diplomatic Network e o China Visits. A hipótese foi testada através da estatística descritiva, gerando uma métrica longitudinal estável para monitorar o grau de priorização entre destinos do Norte ou do Sul pelos quatro países analisados. Os resultados indicam que a média de visitas ao Sul Global foi superior para as quatro potências, aproximadamente na proporção 71,2% para a África do Sul, 69,4% para a China, 63% para o Brasil e 59,2% para a Índia. O padrão se demonstrou perene tanto para iniciativas bilaterais quanto multilaterais no caso da África do Sul, Brasil e China, mas não da Índia, cujas visitas multilaterais ao Sul representam cerca de 44% do total. Os achados indicam que as potências emergentes, em geral, priorizaram destinos do Sul Global em comparação a destinos do Norte Global, validando a nossa hipótese de trabalho.

**Palavras-chave:** potências emergentes, diplomacia presidencial, status internacional, Norte Global, Sul Global.

## **ABSTRACT**

Status is an important factor for the emerging powers of the Global South and they seek to increase their international standing by revising the global hierarchy. At the same time, it is necessary to choose among international strategies: to imitate, challenge or follow alternatives of international mobility in relation to the great powers. Faced with this dilemma, how much have emerging powers prioritized the Global South and North over time? Knowing that presidential diplomacy is one of the status markers of the contemporary international system, this study tested the following hypothesis: countries and international organizations from the Global South received, on average, more visits from heads of state/government of emerging powers than countries in the Global North. We monitored the presidential diplomacy of South Africa, Brazil, China and India between 1998 and 2019. The number of visits by heads of state/government was collected through secondary data bases, the Rising Powers Diplomatic Network and China Visits. The hypothesis was tested through descriptive statistics, generating a stable longitudinal metric to monitor the degree of prioritization between destinations in the North or South by the four countries analyzed. The results indicate that the average number of visits to the Global South was higher than the visits to the Global North for the four powers, approximately in the proportions of 71.2% for South Africa, 69.4% for China, 63% for Brazil and 59.2% for India. The pattern proved to be perennial for both bilateral and multilateral initiatives in the case of South Africa, Brazil and China, but not India, whose multilateral visits to the South represent around 44% of the total. The findings indicate that emerging powers, in general, prioritized destinations in the Global South, validating our working hypothesis.

**Keywords:** emerging powers, presidential diplomacy, international status, Global North, Global South.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Número de visitas presidenciais da África do Sul a destinos do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)	43
Gráfico 2 -	Número de visitas recebidas pelos 24 destinos mais frequentes pela África do Sul (1998 - 2019)	45
Gráfico 3 -	Número de visitas presidenciais da África do Sul a Organizações Internacionais do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)	46
Gráfico 4 -	Número de visitas recebidas pelas 5 Organizações Internacionais mais frequentes pela África do Sul (1998 - 2019)	47
Gráfico 5 -	Número de visitas presidenciais do Brasil a destinos do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)	49
Gráfico 6 -	Número de visitas recebidas pelos 24 destinos mais frequentes pelo Brasil (1998 - 2019)	51
Gráfico 7 -	Número de visitas presidenciais do Brasil a Organizações Internacionais do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)	52
Gráfico 8 -	Número de visitas recebidas pelas 5 Organizações Internacionais mais frequentes pelo Brasil (1998 - 2019)	53

Gráfico 9 -	Número de visitas presidenciais da China a destinos do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)	55
Gráfico 10 -	Número de visitas recebidas pelos 24 destinos mais frequentes pela China (1998 - 2019)	57
Gráfico 11 -	Número de visitas presidenciais da China a Organizações Internacionais do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)	58
Gráfico 12 -	Número de visitas recebidas pelas 5 Organizações Internacionais mais frequentes pela China (1998 - 2019)	59
Gráfico 13 -	Número de visitas presidenciais da Índia a destinos do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)	61
Gráfico 14 -	Número de visitas recebidas pelos 24 destinos mais frequentes pela Índia (1998 - 2019)	63
Gráfico 15 -	Número de visitas presidenciais da Índia a Organizações Internacionais do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)	65
Gráfico 16 -	Número de visitas recebidas pelas 5 Organizações Internacionais mais frequentes pela Índia (1998 - 2019)	67
Gráfico 17 -	Gradação de países com maior inclinação ao Sul à menor inclinação	69

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Resumo sobre o que as visitas de chefes de Estado e governo indicam	27
Quadro 2 -	Descrição das Variáveis	41
Quadro 3 -	Síntese do Desenho de Pesquisa	42
Quadro 4 -	Classificação de países entre Sul Global e Norte Global	77
Quadro 5 -	Classificação de organizações internacionais entre Sul Global, Norte Global ou Mistas	84

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASEAN	Associação de Nações do Sudeste Asiático
APEC	Cooperação Econômica Ásia-Pacífico
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
EAS	Cúpula do Leste Asiático
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
G20	Grupo dos 20
G77	Grupo dos 77
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
NAM	Movimento Não Alinhado
OAU/AU	Organização da Unidade Africana/União Africana
ONU	Organização das Nações Unidas
OI	Organização Internacional
RPDN	<i>Rising Powers Diplomatic Network</i>
SACU	União Aduaneira da África Austral
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
SCO	Organização para Cooperação de Xangai
UNASUR	União de Nações Sul-Americanas

WEF Fórum Econômico Mundial

WTO Organização Mundial do Comércio

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>7</b>
<b>LISTA DE GRÁFICOS.....</b>	<b>9</b>
<b>LISTA DE QUADROS.....</b>	<b>11</b>
<b>LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....</b>	<b>12</b>
<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2. REVISÃO DE LITERATURA SOBRE STATUS, POTÊNCIAS EMERGENTES E DIPLOMACIA PRESIDENCIAL.....</b>	<b>19</b>
2.1. ORDEM INTERNACIONAL E HIERARQUIA.....	19
2.2. POTÊNCIAS EMERGENTES E BUSCA POR STATUS.....	20
2.3. DIPLOMACIA PRESIDENCIAL E STATUS.....	26
<b>3. REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DA ÁFRICA DO SUL, BRASIL, CHINA E ÍNDIA.....</b>	<b>30</b>
3.1. ÁFRICA DO SUL.....	30
3.2. BRASIL.....	31
3.3. CHINA.....	33
3.4. ÍNDIA.....	35
<b>4. DADOS E MÉTODOS.....</b>	<b>38</b>
<b>5. RESULTADOS.....</b>	<b>43</b>
5.1. ÁFRICA DO SUL.....	43
5.1.1. Diplomacia presidencial - visitas bilaterais.....	43
5.1.2. Diplomacia de cúpula - visitas multilaterais.....	43
5.2. BRASIL.....	49

5.2.1. Diplomacia presidencial - visitas bilaterais.....	49
5.2.2. Diplomacia de cúpula - visitas multilaterais.....	52
5.3 CHINA.....	55
5.3.1. Diplomacia presidencial - visitas bilaterais.....	55
5.3.2. Diplomacia de cúpula - visitas multilaterais.....	58
5.4 ÍNDIA.....	61
5.4.1. Diplomacia presidencial - visitas bilaterais.....	61
5.4.2. Diplomacia de cúpula - visitas multilaterais.....	65
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES FUTURAS.....	69
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
APÊNDICE A.....	77
APÊNDICE B.....	84

## 1 INTRODUÇÃO

Em visita multilateral ao 11º encontro de cúpula dos BRICS, o primeiro-ministro indiano Narendra Modi declarou:

Os países do BRICS têm sido os principais motores do crescimento econômico global ao longo dos anos. E contribuimos para o desenvolvimento de toda a humanidade. Ao mesmo tempo, emergimos como um fator importante em um mundo pacífico, próspero e multipolar. (MODI, 2019)<sup>1</sup>

O discurso de Modi evidencia uma das características comumente identificadas nas potências emergentes: ao mesmo tempo em que já fizeram parte do “clube” de países subdesenvolvidos, seu crescimento econômico exponencial lhes proporcionou a oportunidade de serem reconhecidas como potências em ascensão, cujas ambições podem ultrapassar os contornos de suas próprias regiões. Mediante uma ordem internacional que, por vezes, possui valores antagônicos aos defendidos pelos países tradicionalmente do Sul Global, a expectativa da literatura aponta para uma tendência reformista por parte das potências emergentes, que contestam a hierarquia internacional vigente e ambicionam modificar sua própria posição na arena internacional. Assim, é possível inferir que o status é um fator importante para estes países, de modo que são observados seus esforços para promover sua mobilidade social no sistema internacional. Tais esforços implicam a necessidade de se tomar escolhas diferentes de estratégias internacionais: imitar ou marcar diferenças das potências estabelecidas como forma de galgar status?

Uma tendência comum no comportamento das potências emergentes é a priorização de laços Sul-Sul como um meio através do qual podem aumentar o reconhecimento de seu status internacionalmente. Frequentemente, a manutenção do relacionamento com o Sul Global ocorre de forma concomitante ao posicionamento de cada país em sua própria região como um líder, uma potência ou um hegemom regional. Este caminho, no entanto, não é o único a ser percorrido: uma vez que a aproximação com as grandes potências tradicionais lhes assegure

---

1

<https://mea.gov.in/outgoing-visit-detail.htm?32039/Translation+of+Prime+Ministers+remarks+at+plenary+session+of+11th+BRICS+Summit+in+Brasilia>, acessado em 24/09/2022

ganhos em termos de reconhecimento e status, países emergentes podem ser mais complacentes e moderados em relação ao Norte Global, aproximando-se dele.

Diante deste dilema, a pergunta de pesquisa deste trabalho é: o quanto as potências emergentes priorizaram o Sul e o Norte globais ao longo do tempo? Este trabalho testa a seguinte hipótese: países e organizações internacionais do Sul Global receberam, em média, mais visitas de chefes de Estado/governo de potências emergentes do que países do Norte Global.

Operacionalmente, os dados a serem analisados serão relativos ao indicador da diplomacia presidencial da África do Sul, Brasil, China e Índia durante o período de 1998 e 2019. É dizer, serão observadas as visitas de chefes de estado/governo destes países em iniciativas bilaterais e encontros de cúpula. A análise longitudinal dos dados é fundamental do ponto de vista de gerar resultados comparáveis em termos de preferência a destinos do Norte ou do Sul Globais. Enquanto um elemento marcador de status do sistema internacional contemporâneo, a modalidade diplomática da diplomacia presidencial parece um instrumento favorável para o desempenho do trabalho aqui proposto. A escolha dos casos se deu, inicialmente, em virtude da composição dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul). A ambição não foi levada a cabo, em razão da indisponibilidade de dados sobre a diplomacia presidencial russa. Apesar disso, África do Sul, Brasil, China e Índia também são reconhecidos sem a presença da Rússia (o grupo BASIC), de modo que as pretensões gerais do trabalho não são comprometidas.

Metodologicamente, este trabalho utiliza a estatística descritiva a fim de mensurar a prioridade de potências emergentes entre países e organizações internacionais do Sul e do Norte globais ao longo do tempo. Os resultados indicam que a média de visitas ao Sul Global foi superior para as quatro potências, aproximadamente na proporção 71,2% para a África do Sul, 69,4% para a China, 63% para o Brasil e 59,2% para a Índia. O padrão se demonstrou perene tanto para iniciativas bilaterais quanto multilaterais no caso da África do Sul, Brasil e China, mas não da Índia, cujas visitas multilaterais ao Sul representam cerca de 44% do total. Os achados comprovam que as potências emergentes, em geral, priorizaram destinos do Sul Global, validando apenas uma das nossas hipóteses de trabalho.

Este trabalho está segmentado em seis capítulos: o primeiro, a introdução, seguido de uma revisão bibliográfica sobre ordem internacional e hierarquia, potências emergentes e busca por status, e diplomacia presidencial e status. Em

seguida, há um segundo capítulo cujo esforço é teórico, contendo aspectos gerais da política externa da África do Sul, Brasil, China e Índia. Então, são apresentados os dados e métodos. O quinto capítulo consiste na apresentação e discussão dos resultados encontrados. No sexto capítulo, apresentamos as considerações finais, limitações e possíveis contribuições futuras para a agenda em questão.

## **2 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE STATUS, POTÊNCIAS EMERGENTES E DIPLOMACIA PRESIDENCIAL**

### **2.1 ORDEM INTERNACIONAL E HIERARQUIA**

Robert Gilpin (1981) trata sobre a Ordem Internacional, suas origens e de que modo a ordem passa por manutenção ou mudanças ao longo do tempo. Um dos argumentos centrais do autor é de que a ordem internacional reflete a distribuição de poder entre os Estados. Aqueles que formulam as normas e valores internacionalmente dominantes, o fazem com o objetivo de promover seus próprios interesses. No âmbito da ordem internacional, os Estados estabelecem relacionamentos que resultam de um cálculo de custo-benefício cujo objetivo é favorecer o alcance de seus próprios objetivos.

A existência de uma ordem internacional que reflete uma determinada distribuição de poder e promove alguns interesses em detrimento de outros implica uma dimensão de hierarquia internacional. Lake (2009) argumenta que, muito embora haja predominância na literatura sobre o conceito de anarquia internacional, a anarquia e a hierarquia não são mutuamente excludentes. Segundo o autor, hierarquias constituem um fato nas relações internacionais e são capazes de moldar o comportamento de países dominantes e subordinados de maneira concomitante. Clarisa Giaccaglia (2017) também trata sobre como a hierarquia é um objeto de análise fundamental para a literatura das Relações Internacionais. A autora denota quão importante é discutir hierarquias entre Estados, uma vez que elas impactam a estrutura e a própria dinâmica do Sistema Internacional e, conseqüentemente, o comportamento dos países. Assim, tem-se a formação de uma relação notória entre hierarquia internacional e comportamento dos Estados num contexto anárquico.

A hierarquia se define como uma relação de autoridade de um Estado sobre outros, seja total ou parcial (LAKE, 2009). A autoridade, por sua vez, se relaciona com o status internacional ou com a legitimidade do uso da força, em alguns casos. Os Estados dominantes sobre outros em termos de autoridade são capazes de promover uma ordem política, que se apresenta em termos de proteção às pessoas, propriedades e promessas sociais (LAKE, 2009). A ordem promovida pelos Estados dominantes, então, não é interpretada como necessariamente ruim do ponto de vista dos Estados subordinados, mas requer que estes estejam dispostos a ceder

parte de sua soberania em algumas áreas temáticas. Há, portanto, um aspecto de complacência dos Estados subordinados em relação à influência dos Estados dominantes (LAKE, 2009).

A autoridade dos Estados dominantes, no entanto, não está blindada. Os subordinados podem revisar a extensão hierárquica vigente e desenvolver ações que descumprem, resistem ou desafiam a ordem política (LAKE, 2009). Neste sentido, alguns Estados podem se beneficiar de mudanças na estrutura hierárquica e na autoridade e ordem estabelecidas por ela. As potências emergentes, que passaram a ascender no sistema internacional a partir da década de 1970 (SECCHES, 2020) têm requerido posições mais elevadas no âmbito do sistema internacional. Elas possuem um desejo crescente de reconhecimento e respeito na política global (PAUL et al, 2014). Não obstante, países como China e Índia usufruíram de crises internacionais, a exemplo da crise financeira de 2008, como uma oportunidade estratégica para revisar sua própria identidade e, por conseguinte, seu posicionamento na hierarquia global (MONTENEGRO, 2019; COOPER, 2021). Como consequência, África do Sul, Brasil, China e Índia passaram a constituir o Grupo dos 20 (G20), obtendo um reconhecimento internacional contrastante em relação ao perfil dos demais países do Sul Global (LARSON e SHEVCHENKO, 2014; COOPER, 2021).

## 2.2 POTÊNCIAS EMERGENTES E BUSCA POR STATUS

Do ponto de vista da inserção na literatura, as potências emergentes constituem uma nova categoria dentro do debate sobre potências médias ou intermediárias (PAES et al, 2017). A existência de países ascendendo internacionalmente implica a ideia de mobilização de uma posição inferior para uma posição superior em termos de hierarquia e poder (SECCHES, 2020). Chaouad (2016) argumenta que, para além de configurações econômicas, a mudança de imagem dos países era necessária para modificar a atenção global que recebiam em termos de investimentos externos. Assim, designar países em emergência fazia mais sentido em termos de conotação positiva do que utilizar termos como “subdesenvolvidos” (CHAOUAD, 2016). As potências emergentes, contudo, não constituem uma categoria única e plenamente uniforme ao longo do tempo. É importante destacar que o comportamento delas durante a Guerra Fria, antes

mesmo de serem reconhecidas como potências emergentes à época, prezava pela constituição de grandes coalizões, como o Grupo dos 77 e o Movimento Não Alinhado, com ambições mais radicais contra a bipolaridade vigente e em busca de uma terceira via de ordem internacional. Com a chegada do século XXI, a formação de agrupamentos como o BRICS denota a constituição de grupos mais restritos, mas cujo poder de influência sobre as balanças geopolíticas é superior ao precedente.

As potências emergentes, muito embora profundamente diferentes entre si, possuem pontos em comum tanto do ponto de vista político quanto econômico. Daniela Secches (2020) elenca as seguintes características: atuação através de coalizões, ênfase na inserção regional, democratização recente, posição semiperiférica na economia global e desigualdade na distribuição de riquezas. Chaouad (2016) aponta o crescimento econômico acima da média global, a capacidade econômica competitiva e experiências de liberalização econômica. Paul et al. (2014) assinala um forte compromisso com a soberania e a não-interferência, a existência de auto identidades conflitivas, ora reclamando uma posição de liderança em relação aos países em desenvolvimento, ora reclamando os privilégios e benefícios institucionais inerentes às grandes potências. A experiência de cada país com as características mencionadas pode variar. Neste trabalho, os países tratados como potências emergentes são aqueles que pertencem ao BRICS (com exceção da Rússia). Muito embora o crescimento econômico deles não tenha permanecido perene ao longo do tempo, como o caso do Brasil pós 2014, tal característica foi marcante do ponto de vista do reconhecimento de seu status na arena internacional.

A ênfase em variáveis econômicas ocorreu na medida em que os países emergentes passaram a ser os centros de crescimento mais dinâmicos globalmente. China, Índia, Rússia, Brasil e África do Sul alcançaram, por exemplo, durante o período de 2007 taxas de crescimento de 14%, 8%, 5%, 4% e 4%, respectivamente (GIACCAGLIA, 2017).

As potências emergentes, muito embora heterogêneas entre si, tendem, em geral, a questionar a ordem internacional. Elas costumam adotar uma posição crítica em relação ao status quo, validando suas próprias tentativas de inserção global (SECCHES, 2020). Assim, as potências emergentes podem não ser receptivas aos acordos lançados por potências estabelecidas, mas podem ser mais complacentes

na medida em que isso lhes proporcionar maiores status e reconhecimento (PAUL et al, 2014). Milani et al. (2017) infere que países emergentes, como Brasil e África do Sul, não buscam a primazia global, mas almejam ascender e redefinir a hierarquia vigente, ou seja, são países com menor poder de impacto sistêmico, mas que buscam aumentar seu status e sua classificação internacionalmente. Um ponto de convergência central entre as potências emergentes é sua ambição crescente por reconhecimento e respeito na arena internacional. A busca por prestígio pode indicar a disposição das potências emergentes em assumir maiores responsabilidades internacionalmente (PAUL et al., 2014).

O status assume importância fundamental na medida em que, dado o aspecto hierárquico do Sistema Internacional, ele determina “quem fica com o quê, quando e de que forma” nas relações internacionais (DUQUE, 2018). Marina Duque (2018) define status como uma reivindicação de estima social e o trata como um atributo relacional entre os estados. Assim, o reconhecimento é um aspecto fundamental na definição do status atrelado a um país. É dizer, não basta que os estados reclamem seu status, eles precisam ser admitidos, e o são caso se considere que seguem um leque de normas importantes para os demais membros do “clube”. O processo de admissão, então, produz uma dimensão de identidade social na relação. Duque (2018) expõe dois principais processos sociais que denotam o caráter relacional na reivindicação do status. Primeiramente, o auto-reforço. Na medida em que o reconhecimento de pares se faz necessário para a atribuição do status de um país, quanto mais ele recebe tal reconhecimento, mais ampla será a legitimidade de seu status perante outros países. Em segundo lugar, os contornos entre um grupo e os atores externos a ele. Os membros de um grupo costumam manter um relacionamento forte entre si, mas estabelecem relacionamentos mais brandos com atores externos. Assim, a autora chega a duas conclusões: (1) as relações já existentes entre estados influenciam sua capacidade de adquirir status e; (2) estados não necessariamente reconhecem o status de Estados com mais recursos, mas reconhecem o status de Estados com recursos e valores similares aos seus próprios (DUQUE, 2018).

Larson e Shevchenko (2014) também analisam o reconhecimento do status a partir da lógica de comportamento de grupos, ou seja, como um atributo essencialmente relacional. Os autores argumentam que, socialmente, as pessoas comparam as qualidades e os atributos dos grupos dos quais fazem parte com

outros grupos. Similarmente, os Estados se comparam com base em outros Estados-referência. Estados que possuem menor status usualmente assumem três diferentes estratégias: imitar o grupo de maior status, ou seja, respaldar os valores e comportamentos de tal grupo a fim de se fazer reconhecer como parte similar; derrotá-lo através de estratégias de competição; ou encontrar uma nova dimensão de valores na qual possam se sobressair.

A terceira estratégia é conhecida como criatividade social, que consiste numa tentativa de mobilidade por meio da reavaliação de características ou valores previamente classificados como negativos a fim de transformá-los em aspectos positivos. A reinterpretção de tais atributos permite aos Estados de menor status a possibilidade de ascender na arena internacional. Assim, o objetivo não é desafiar o status quo de modo a derrubar a hierarquia vigente, mas buscar a proeminência em temas alternativos nos quais haja probabilidade de destaque (LARSON e SHEVCHENKO, 2014).

Os autores elencam alguns comportamentos que indicam se um estado está tentando aumentar seu próprio status internacionalmente por meio da estratégia da criatividade social, como a defesa de novas normas internacionais, regimes, instituições ou modelos de desenvolvimento (LARSON e SHEVCHENKO, 2014). Larson e Shevchenko (2014) argumentam que Brasil, China e Índia não obteriam benefícios de estratégias de imitação ou desafio aos países com maior status, visto que a primeira implica uma relação de tutela e a segunda prejudicaria os fluxos da globalização em termos de capital e comércio, de modo que sua alternativa mais favorável seria a adoção da criatividade social como mecanismo para ascender hierarquicamente.

Através de sua análise sobre o dilema da graduação, Milani et al. (2017) também denota a ideia de uma ambição de ascensão global por parte de potências emergentes sem o uso de capacidades militares e sem poder de impacto sistêmico. A graduação, segundo definição dos autores, consiste no desejo de ascender na hierarquia internacional, bem como de revisar as regras de governança global. Os autores avaliam que Brasil, Turquia e África do Sul são os principais Estados candidatos ao status de graduados, uma vez que almejam algum tipo de proeminência global, um papel de *rule-makers*, uma visão geopolítica composta por uma estratégia de longo prazo em relação ao Sul Global, e um maior interesse em processos de integração do que interação (MILANI et al., 2017).

Seguindo a lógica de Duque (2018) sobre o papel da auto identidade e do aspecto relacional do status; de Larson e Shevchenko (2014), focando na estratégia da criatividade social; e de Milani et al (2017) sobre a graduação, é possível inferir que o estabelecimento de relações Sul-Sul faz parte de um movimento estratégico rumo ao alcance de posições mais elevadas de status por parte das potências emergentes. Os autores convergem sobre aspectos como a busca por ascensão hierárquica, o desejo por uma classificação mais alta em termos de status global, a reinterpretção de valores ou normas vigentes e a fuga de comportamentos de desafio direto aos estados superiores, evitando o uso de poderes militares ou do impacto sistêmico. Cooper (2021) argumenta que a solidariedade com países do Sul Global é um ponto central no comportamento de política externa de países como China e Índia, o que se deve em grande medida às suas próprias percepções de si como países tradicionalmente do Sul, desaprovando o padrão de comportamento das grandes potências. Saraiva e Ruiz (2009) denotam que, historicamente, o Brasil tem encarado o Mercado Comum do Sul (Mercosul) como um instrumento capaz de aumentar sua estima em âmbito regional e, por conseguinte, almeja aumentar sua projeção no cenário internacional. Assim, a relação com os demais países da América do Sul seria um meio para um salto na hierarquia global brasileira.

A estratégia Sul-Sul, no entanto, não é o único caminho que as potências emergentes podem percorrer. Elas podem ser mais receptivas em relação ao Norte Global na medida em que tal estratégia lhes proporcione retorno em termos de aumento de seu status e reconhecimento global (PAUL et al., 2014). Cooper (2021) reconhece que a Índia sofre um dilema no que diz respeito a projetar sua imagem internacionalmente como uma potência em crescimento ou manter seu vínculo de solidariedade com o Sul Global. O comportamento chinês pode ser explicado tanto em termos de assumir um compromisso com o alcance de interesses compartilhados com seus países vizinhos, em que países como Rússia e Paquistão seriam seus alvos mais estratégicos (YAN, 2014 apud MONTENEGRO, 2019), quanto em termos de se relacionar com cada região do mundo de acordo a projeção de interesses específicos do país, como é o caso do estreitamento de relações com os Estados Unidos da América em razão de objetivos econômicos e tecnológicos (BROWN, 2017 apud MONTENEGRO, 2019). África do Sul e Brasil enfrentam um *trade-off* em termos de ganhos internos ou externos em relação a aprofundar seu papel dentro de processos de regionalismo, como a Comunidade de

Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Mercosul, ou a expandir para a arena extra-regional. Os processos de regionalismo mostram-se mais benéficos para os menores Estados do bloco, mas parecem ser menos positivos do ponto de vista das potências emergentes ou regionais (KRAPOHL, MEISSNER e MUNTSCHEK, 2014). Um aspecto que marca a dualidade que os quatro países enfrentam é sua relação com o BRICS e o G20. Enquanto o primeiro grupo representa a proeminência das relações de cooperação com o Sul Global, o segundo escancara o caráter identitário da China e da Índia como parte de um Sul Global economicamente em ascensão e com características cada vez mais distantes dos países menos desenvolvidos, dispostos a se engajar em iniciativas com países tradicionalmente do Norte (COOPER, 2021). O mesmo pode ser inferido para a África do Sul e o Brasil.

Em suma, a priorização do Sul Global não é unânime entre as diversas possibilidades de busca por status pelas potências emergentes, muito embora esta seja a nossa aposta. Elas se deparam com diversos dilemas inerentes à sua identidade conflitiva enquanto um país em posição intermediária e ascendendo, não mais um subdesenvolvido, mas ainda não uma grande potência. Algumas vezes reclamam uma posição de liderança em relação aos países em desenvolvimento e agem de acordo com sua identidade ainda saliente enquanto países do Sul Global, outras almejam os privilégios e benefícios institucionais inerentes às grandes potências, sendo mais complacentes em relação a elas e às possibilidades de ganhos externos.

O quanto as potências emergentes priorizaram o Sul e o Norte Globais ao longo do tempo? Este trabalho se propõe a mensurar a prioridade da África do Sul, Brasil, China e Índia entre destinos do Sul e do Norte globais entre os anos de 1998 e 2019, apresentando uma análise descritiva da realidade. Para isso, assumimos que podem existir dois estados do mundo. Um em que a escolha das potências emergentes seja a preferência pelas relações com o Sul Global a fim de aumentar seu status internacional, ou outro em que a preferência seja pelos destinos do Norte Global com o objetivo de aumentar seu status na hierarquia global. Em geral, a aposta da literatura destaca a proeminência do Sul, mas conforme previamente exposto, não é trivial considerar que haja um dilema que culmina numa opção de maior envolvimento com o Norte.

### 2.3 DIPLOMACIA PRESIDENCIAL E STATUS

Marina Duque (2018) expõe que, na medida em que o status é compreendido como um atributo relacional entre Estados, as trocas diplomáticas entre eles podem ser vistas como um indicador de seu status sendo praticado na arena internacional. A autora utiliza a representação diplomática como símbolo da relação entre os Estados e do conseqüente reconhecimento de status entre eles, mas outros autores utilizam outro ponto de partida: a diplomacia presidencial ou de cúpula.

Sérgio Danese (2017) explica o fenômeno da diplomacia presidencial através das lentes do avanço de regimes democráticos, que valorizam o desenvolvimento de atividades diplomáticas cada vez mais abertas, de modo que não se limitam ao âmbito formal das chancelarias, mas se expressam através de encontros e visitas de chefes de Estado e chefes de governo. O mandatário, portanto, abraça a possibilidade de conduzir pessoalmente a política externa do país que representa. Sendo um aspecto marcante da diplomacia contemporânea, a diplomacia presidencial ou de cúpula envolve uma dimensão de prestígio diplomático, tanto na esfera regional quanto na internacional.

Segundo o autor, a diplomacia presidencial ou de cúpula, representada por meio de encontros bilaterais ou multilaterais entre os chefes de Estado e governo, assumiu uma posição central na condução das relações diplomáticas entre os países, adquirindo um caráter substitutivo ou complementar em relação à diplomacia tradicional. A importância ascendente de tal modalidade diplomática tem relação com as expectativas criadas sobre os encontros entre os mandatários e com a autoridade ou visibilidade inerentes à sua participação (DANESE, 2017).

Erik Goldstein (2008) argumenta que as visitas de Estado servem como indicadores para interpretar quão próxima é a relação entre os países. As primeiras visitas de um mandatário, inclusive, apontam sobre qual país possui sua preferência em termos de manter relações estáveis. Por meio de sua análise sobre diferentes modalidades de visitas de Estado, o autor denota que um dos objetivos comuns de tal diplomacia é a sinalização de laços mais próximos entre estados ou do fomento de novos laços. Outro fator importante é a mobilização da opinião pública em favor dos mandatários envolvidos na visita, especialmente no caso de encontros em períodos iniciais do mandato.

Goldsmith, Horiuchi e Matush (2021) focalizam sua atenção na dimensão da opinião pública e denotam que as visitas diplomáticas são um instrumento capaz de aumentar a aprovação pública em relação aos líderes envolvidos. Os autores acrescentam que os efeitos provocados pelas visitas de Estado não desaparecem no curto prazo e são potencializados uma vez que os eventos são noticiados pela mídia. Do ponto de vista da arena internacional, a relevância da condução deste tipo de diplomacia cresce na medida em que proporciona a possibilidade de modelagem da relação entre os países.

Em Malis e Smith (2020), as visitas diplomáticas configuram um indício de confiança do mandatário visitante na estabilidade do cargo do mandatário que o recebe. Os autores relacionam as visitas de Estado conduzidas por líderes de diferentes países com a sobrevivência dos mandatários locais em seu cargo, ou seja, a diplomacia presidencial sinaliza a força do governo nacional em relação aos seus oponentes.

Em Koliev e Lundgren (2021), o argumento central é de que a diplomacia presidencial, através das visitas diplomáticas dos líderes dos países, possuem dupla utilidade: promover cooperação e indicar a qualidade do relacionamento entre os países. Os autores denotam, ainda, que dada a disponibilidade limitada de tempo e recursos dos países e seus respectivos mandatários, as visitas são uma expressão de prioridade e da sua percepção sobre a hierarquia internacional.

Em estudo mais recente, realizado por Jeffrey Cohen (2022), os principais achados apontam que as visitas de chefes de Estado e governo aos EUA aumentam sua aprovação.

**Quadro 1 - Resumo sobre o que as visitas de chefes de estado e governo indicam**

<b>Autores</b>	<b>Ano</b>	<b>O que as visitas indicam?</b>
Danese	2017	Prestígio diplomático regional e internacional; autoridade e visibilidade do mandatário.
Goldstein	2008	Proximidade da relação entre países; preferência de um país para se manter relações estáveis; sinalização de formação de novos laços; mobilização da opinião pública favoravelmente aos mandatários.
Malis e Smith	2020	Sinalização de confiança na estabilidade dos mandatários.

Goldsmith, Horiuchi e Matush	2021	Aumento da aprovação da opinião pública em relação aos mandatários; modelagem das relações entre os países.
Koliev e Lundgren	2021	Promoção da cooperação; indicação da qualidade do relacionamento entre os países; sinalização de prioridade em política externa; sinalização da percepção sobre a hierarquia internacional.
Cohen	2022	Aumento da aprovação dos mandatários que realizam visitas aos EUA.

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Além das visitas bilaterais entre Estados, os encontros multilaterais configuram um dos principais instrumentos diplomáticos da contemporaneidade. Segundo Reitano (2019), a diplomacia multilateral ou de cúpula atingiu o seu auge durante o período da Guerra Fria, mas persiste enquanto uma atividade central na diplomacia atual. Muito embora haja uma série de críticas em relação a este tipo de modalidade diplomática, os encontros de cúpula permanecem fundamentais do ponto de vista da necessidade de se resolver problemas de extensão global (REITANO, 2019). Neste sentido, é possível inferir que há uma demanda a nível internacional por ações de iniciativa multilateral, seja por intermédio das Nações Unidas ou não.

A diplomacia de cúpula é especialmente importante do ponto de vista de países emergentes ou subdesenvolvidos. Martin Wight (2002) apresentou uma classificação de potências a partir dos diferentes graus de poder que os Estados concentram. As potências regionais e médias são aquelas cujo poder de agência é limitado e, por isso, possuem poucas chances de triunfar isoladamente. Neste sentido, é mais provável que países distantes do eixo das “grandes potências” possam adquirir maior poder de influência global por meio da atuação conjunta com outros países. Daniela Secches (2020) enfatiza a atuação em coalizões como uma das características distintivas das potências emergentes.

Robert Keohane (1969) também trata sobre como as potências intermediárias, por mais que possam promover impacto sobre o sistema internacional, não o fazem sozinhas. Elas dependem do estabelecimento de grupos, alianças ou coalizões por meio dos quais possam exercer sua agência. A diplomacia

de cúpula e as instituições que as facilitam, como as Nações Unidas, proporcionam uma solução em termos de recursos políticos, financeiros e humanos para que a participação dos países menores seja efetiva em âmbito internacional (REITANO, 2019).

O quanto as potências emergentes priorizaram o Sul e o Norte globais ao longo do tempo? Conforme previamente visto, o status é um fator importante para as potências emergentes e elas buscam aumentar sua estima internacional a partir da revisão da hierarquia global. Sabendo que status pode ser encarado como um atributo relacional, diversas de suas estratégias de mobilização consistem em investir numa relação Sul-Sul como instrumento para aumentar seu status e o reconhecimento deste por outros países. O desejo de aumentar o próprio status pode ser manifestado por meio de grandes iniciativas diplomáticas ou por meio do ativismo diplomático representado por seus líderes, como Nehru, na Índia, ou Lula, no Brasil. As diplomacias presidencial e de cúpula, então, são úteis para sinalizar a proximidade e as preferências de um país pelo outro, além de prestígio, autoridade, confiança e a percepção de hierarquia entre os países, ademais de visibilidade e aprovação pela opinião pública. Assim, parecem instrumentos adequados para mensurar a prioridade de potências emergentes entre países e organizações internacionais do Sul e do Norte globais ao longo do tempo.

### **3 REVISÃO DE LITERATURA SOBRE A POLÍTICA EXTERNA DA ÁFRICA DO SUL, BRASIL, CHINA E ÍNDIA**

#### **3.1 ÁFRICA DO SUL**

O comportamento de política externa da África do Sul pode ser amplamente compreendido por meio de seu contexto histórico pós-apartheid. Há uma dimensão de solidariedade, compromisso e obrigação da África do Sul em relação aos demais países africanos, de modo que sua prioridade esteve concentrada dentro do próprio continente (GELDENHUYS, 2010; ADEBAJO, 2018). Como exemplos, é possível mencionar os fortes laços com Angola, Nigéria, República Democrática do Congo, Tanzânia e Argélia (ADEBAJO, 2018). Alguns dos pontos que levaram a África do Sul ao seu papel de protagonismo regional foram o “passado marcado pelo apartheid, a ascensão da democracia durante o período Mandela, as relativas prosperidade e estabilidade” (GELDENHUYS, 2010, p. 152).

No entanto, para além do histórico do país, conceitos como hegemonia ou liderança regional podem ser aspectos marcantes na construção da política externa sul-africana, dada a expectativa de que a África do Sul assumiria um papel de protagonismo a fim de promover seus próprios interesses no continente (KRAPOHL, MEISSNER e MUNTCHICK, 2014; ADEBAJO, 2018; MESQUITA e CHIEN, 2021). O envolvimento do país com organizações a nível regional podem ser interpretados como um reflexo de suas intenções em relação ao continente. Como exemplos, é possível citar a atuação sul-africana junto à União Aduaneira da África Austral (SACU), à Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e à Organização da Unidade Africana / União Africana (OAU/AU) (ADEBAJO, 2018).

É importante mencionar que as iniciativas sul-africanas não se limitam ao seu próprio continente. Segundo Adebajo (2018), o país pode ser interpretado de duas formas distintas: enquanto um pivô na arena global, e enquanto um hegemom dentro dos contornos regionais. Seu caráter de pivô pode ser observado através da ambição da África do Sul em promover uma imagem importante enquanto líder global em temas como segurança, comércio e economia. O autor denota, ainda, que a busca por tais interesses constitui uma motivação para o engajamento sul-africano em organizações multilaterais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Grupo dos 20 e a Organização Mundial do Comércio (WTO).

É interessante observar que a África do Sul é o único país africano a compor o G20, ou seja, as 20 principais economias do mundo, o que lhe confere um status diferenciado dos demais países em desenvolvimento no continente africano.

Apesar de seu desejo em ocupar um lugar de destaque globalmente, a priorização sul-africana pela África é notória segundo os dados de diplomacia presidencial do país, analisados por Mesquita e Chien (2021) durante o período de 2001 - 2019. Em todos os termos presidenciais observados pelos autores, o continente africano é, de longe, o mais visitado por líderes da África do Sul. Há uma distância confortável entre visitas à África e visitas à Europa, que consta como segundo destino mais frequente. De maneira comparada, os autores concluem que a África do Sul possui maior preferência regional do que o Brasil e a Turquia, e destacam que a maior parte de seus ativos diplomáticos são investidos no continente africano.

É possível inferir que a preferência regional termina por culminar numa prioridade aos laços Sul-Sul, de modo que a expectativa é que haja uma forte ênfase do país em relação aos países do Sul Global.

### 3.2 BRASIL

O Brasil, historicamente, tem reclamado o reconhecimento de grande potência. A justificativa para sua ambição se lastreia em aspectos como seu “tamanho continental, recursos naturais e perfil econômico” (LARSON e SHEVCHENKO, 2014, p. 48). Segundo Mesquita e Chien (2021), a expectativa girava em torno de que o Brasil usaria sua força regional como um meio para alcançar status global. Saraiva e Ruiz (2009) concordam com tal lógica na medida em que argumentam que dois dos principais pilares que sustentam a política externa brasileira são a autonomia e o universalismo, especialmente no que tange sua relação com seus vizinhos. Segundo os autores, o Brasil costuma estar de acordo com a entrada de novos membros no Mercosul, uma vez que isso ampliaria sua zona de influência regional e, por conseguinte, o bloco se tornaria um meio para que o país pudesse satisfazer seu desejo por poder (SARAIVA e RUIZ, 2009).

Ao mesmo tempo, Krapohl, Meissner e Muntschick (2014) alegam que o Brasil enfrenta um dilema em relação a aprofundar seu envolvimento com o bloco ou investir em relações extra-regionais, levando-se em consideração o cálculo de

custo-benefício entre os ganhos internos e externos inerentes a cada uma das opções. Os autores argumentam que os países menores de blocos regionais tendem a beneficiar-se mais dos processos de regionalismo, enquanto potências regionais, que ocupam uma posição de hegemonia benevolente, tendem a usufruir menos das vantagens intra-regionais. Mesquita e Chien (2021) acrescentam que o Brasil enfrenta um dilema não somente no âmbito da dualidade entre região e mundo, mas também em relação ao Norte e ao Sul Globais. Segundo os autores, a diplomacia brasileira é composta por ciclos em que se alternam as preferências entre os países tradicionalmente mais desenvolvidos e aqueles que fazem parte do Sul Global.

A moderação do caso brasileiro pode ser observada durante o mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), em que as ambições do então presidente consistiam, concomitantemente, em “assumir a grandeza” do país internacionalmente e assumir o papel de “líder natural” da região, bem como na ênfase em relações Sul-Sul (FLEMES, 2010; LARSON e SHEVCHENKO, 2014). Mesquita e Chien (2021) observam que, em termos de diplomacia presidencial, a América do Sul permaneceu sendo o principal destino brasileiro desde o primeiro mandato de Lula (2003 - 2006) até o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011 - 2014), chegando a um pico na segunda gestão Lula (2007 - 2010).

Rodrigues et al. (2019) reconhecem que durante o período Lula, houve uma priorização pela relação entre o Brasil e países do Sul Global que, inclusive, se tornou mais perceptível ao longo dos anos, mas concluem que a preferência Sul-Sul não se desenvolveu em detrimento das relações com o Norte Global. Mais especificamente, Fledes (2010), denota que o Brasil oscilou entre uma relação próxima com os EUA e países do Terceiro Mundo. Mesquita e Chien (2021) concluem que a inclinação cada vez mais global do Brasil não compromete seu engajamento regional com a América do Sul.

O Brasil tomou iniciativas a fim de demonstrar seu comprometimento enquanto um aspirante a grande potência, a exemplo de seu envolvimento na promoção de possíveis soluções para a questão nuclear iraniana, em 2010, simplesmente para sinalizar seu desejo de ser visto como um “player global” (LARSON e SHEVCHENKO, 2014).

Um dos aspectos que aprofundou a ambição brasileira pelo alcance de um status global também foi seu notório desenvolvimento econômico. Desde o mandato

de Fernando Henrique Cardoso (1995 - 2002), o Brasil experimentou processos de liberalização econômica, contando com abertura comercial e de investimentos (LARSON e SHEVCHENKO, 2014). No período Lula, o Brasil foi reconhecido como um dos países com crescimento econômico mais rápido do mundo. Em 2012, o país atingiu a posição de sexta maior economia do mundo, ultrapassando países como o Reino Unido (LARSON e SHEVCHENKO, 2014).

### 3.3 CHINA

Em linhas gerais, a política externa chinesa pode ser observada através de três momentos marcantes, conforme sintetizado por Montenegro (2019): um grande período de isolamento em relação ao envolvimento com outros Estados, e duas linhas de atuação divergentes no pós-Revolução Comunista.

O autor denota que o país, historicamente, adotou um comportamento antagônico ao padrão Ocidental e, dada a influência do confucionismo na narrativa chinesa, havia um constante afastamento da China em relação aos outros países, especialmente aprofundado durante o período Imperial. O pós-Revolução Comunista também despertou traços marcantes no comportamento de política externa da China, evidenciados pela dicotomia entre manter um perfil mais baixo e discreto ou adotar um comportamento mais assertivo em relação ao alcance de resultados internacionalmente (YAN, 2014 apud MONTENEGRO, 2019).

As décadas de 1990 e 2000 podem ser caracterizadas pela escolha por um perfil mais baixo, estando presente nos discursos dos presidentes Jiang Zemin (1998 - 2002) e Hu Jintao (2003 - 2012). Alguns dos aspectos que denotam o período são os discursos de moderação, desenvolvimento pacífico e ganhos mútuos, um legado dos anos 50, em que a China prezava pela liberação em relação às amarras ocidentais, pela solidariedade com outros países do Sul Global, pela independência de países africanos, pela descolonização e pelo anti-imperialismo (MONTENEGRO, 2019).

A adoção de um comportamento mais assertivo em relação à busca por resultados pôde ser observada a partir do mandato de Xi Jinping (2013 - 2019) (MONTENEGRO, 2019). Conforme previamente mencionado, países como China e Índia usufruíram de crises internacionais, a exemplo da crise financeira de 2008, como uma oportunidade estratégica para revisar sua própria identidade e, por

consequente, seu posicionamento na hierarquia global (MONTENEGRO, 2019; COOPER, 2021). A partir da instabilidade internacional causada pela crise, a China pôde contemplar sua potencial capacidade de influenciar a arena global. Uma das estratégias marcantes do país foi a adoção de uma postura de solidariedade em relação aos seus países vizinhos. Dois dos pilares estratégicos chineses, neste período, foram a Rússia e o Paquistão (YAN, 2014 apud MONTENEGRO, 2019). Através de análise do comportamento de visitas presidenciais chinesas entre 1998 e 2020, Wang e Stone (2022) destacam que a Rússia foi, realmente, o país mais visitado pelos líderes chineses ao longo do tempo. Os autores atribuem tamanho volume de visitas à Organização de Cooperação de Xangai, que possui como um dos principais objetivos “fortalecer a confiança mútua e as relações de boa vizinhança entre os países membros”.<sup>2</sup> Assim, é possível observar a prioridade da China em relação a determinados países durante tal período de tempo.

Por outro lado, autores argumentam que a China adotou um comportamento estratégico, segmentando as diferentes regiões do mundo através de temas específicos (BROWN, 2017 apud MONTENEGRO, 2019). Por exemplo: enquanto os EUA e a União Europeia se fazem importantes para a política externa chinesa em termos de economia e tecnologia, países asiáticos compartilham de interesses tanto na economia e tecnologia quanto em questões de segurança e geográficas (MONTENEGRO, 2019).

A China, no entanto, não deixou de enfrentar dilemas: enquanto seu crescimento econômico exponencial a afasta do perfil de países tipicamente menos desenvolvidos, sua identidade enquanto parte do Sul Global permanece destacada (COOPER, 2021). O envolvimento concomitante da China em blocos como o G20 e o BRICS denotam tal aspecto. Enquanto o G20 lhe garante um status de maior reconhecimento internacional ao promover uma aproximação entre Pequim e as grandes potências tradicionais, o BRICS reforça o aspecto da solidariedade com o Sul. Este dilema não é exclusivo da China, visto que África do Sul, Brasil e Índia também se encontram em meio a essa dualidade.

De maneira comparada à Índia, segundo Cooper (2021), a China consegue aproveitar melhor seu dilema entre Sul e Norte, de modo a suavizar tal divergência.

---

2

<http://eng.sectesco.org/docs/about/faq.html#:~:text=The%20main%20goals%20of%20the,environmental%20protection%20and%20other%20fields%3B>, acessado em 24/09/2022

Em relação ao comportamento de visitas externas chinesas, Wang e Stone (2022) denotam que há três objetivos frequentes que o país almeja alcançar. Primeiramente, a promoção de seus interesses econômicos internacionalmente. Em segundo lugar, o fortalecimento de relações bilaterais e, por fim, marcar presença em iniciativas multilaterais. Os autores observam algumas tendências que percorrem tais objetivos, e testam a hipótese de que a China costuma visitar países com “economias grandes, ricas e de rápido crescimento”. Também apontam que primeiros-ministros e presidentes tendem a visitar os mesmos países em anos diferentes; que um mesmo país não costuma receber visitas em anos consecutivos; que os presidentes são 23% mais ativos em visitas oficiais do que os primeiros-ministros e costumam fazer visitas mais alaistradas internacionalmente do que os primeiros-ministros, que dão prioridade aos países vizinhos (WANG e STONE, 2022).

### 3.4 ÍNDIA

Um ponto em comum entre a Índia e a China é sua solidariedade histórica em relação aos países do Sul Global. O próprio processo de independência do país o levou a se engajar na pauta da descolonização do continente africano. Segundo Godoy e Lage (2022), a Índia foi formalizando relações diplomáticas com os países africanos e reconhecendo-os como soberanos conforme passavam por processos de independência. A lealdade indiana em relação ao Sul Global enquanto parte fundamental de sua política externa pode ser observada através de seu protagonismo na criação da Conferência de Bandung, em 1955 (LARSON e SHEVCHENKO, 2014; GODOY e LAGE, 2022). O continente africano, no entanto, não é o único caso a ser observado nos termos da narrativa anticolonial e anti-imperialista da Índia. O país também foi um forte apoiador da independência latino-americana (BAVA, 2010). A narrativa, à época, fazia alusão a aspectos como a “equidade racial, a descolonização, o desarmamento e a coexistência pacífica” (LARSON e SHEVCHENKO, 2014, p. 44).

O período pós-Guerra Fria, entretanto, levantou outras pautas centrais no âmbito das prioridades indianas internacionalmente, tal qual a ênfase na liberalização econômica (BETZ, 2010). Singh, primeiro-ministro indiano entre os anos de 2004 e 2014, foi um dos grandes responsáveis pelo reposicionamento do

país internacionalmente, privilegiando a liberalização e a inserção da Índia como uma economia mais competitiva globalmente, à época ocupando o cargo de Ministro das Finanças (LARSON e SHEVCHENKO, 2014). A posição que a Índia alcançou em termos de desenvolvimento econômico também foi oportuna no âmbito da crise de 2008, dando-lhe uma chance de destaque na arena internacional, similarmente ao caso chinês. A projeção internacional da Índia a levou a compor o G20, afastando-a do tradicional padrão de países do Terceiro Mundo (COOPER, 2021). Além disso, a Índia teve sua importância reconhecida de tal sorte que passou a compor a Organização Mundial do Comércio (WTO), juntamente com o Brasil e a China (LARSON e SHEVCHENKO, 2014).

Parte fundamental da busca da Índia por aumentar o seu status na hierarquia global partia de um forte desejo de “vingança” contra o mundo ocidental em razão do colonialismo perpetrado por ele (LARSON e SHEVCHENKO, 2014). Ao mesmo tempo, o país lançou iniciativas como sua pretensão por ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), indicando sua ambição em fazer parte da engenharia de poder decisório na arena internacional (COOPER, 2021). O engajamento com os BRICS também pode ser visto como uma estratégia da Índia em busca por status, denotando sua ambição por ser reconhecida como uma grande potência (LARSON e SHEVCHENKO, 2014).

Assim, tem-se que a política externa indiana também é permeada por uma dualidade no que diz respeito a seguir em frente com um engajamento em relação ao Norte Global, reafirmando sua posição enquanto uma potência em ascensão, ou promover a manutenção de seus relacionamentos com o Sul Global. Em suma, a opção indiana tem sido priorizar o equilíbrio, muito embora tal estratégia seja alvo de críticas por parte de alguns autores, como Cooper (2021), que aponta que diferentemente da China, a Índia possui uma visão exagerada da divisão entre suas alianças com o Norte e o Sul, de modo que amplia ainda mais tal situação ao invés de conciliar seus interesses de forma efetiva.

É válido mencionar, ademais, que de maneira contrastante com a África do Sul e o Brasil, a Índia almeja o status global sem antes haver sido reconhecida como uma potência regional na Ásia. Segundo Larson e Shevchenko (2014), países sul-asiáticos menores tendem a ser relutantes quanto ao reconhecimento da Índia enquanto um líder regional, pois temem por sua própria independência. Assim, o engajamento com países do Sul Global dentro da própria região como uma

estratégia de salto para um reconhecimento mais amplo globalmente pode ser visto nos casos da África do Sul e do Brasil, mas não no caso indiano.

## 4 DADOS E MÉTODOS

O quanto as potências emergentes priorizaram o Sul e o Norte Globais ao longo do tempo? O objetivo deste trabalho é mensurar a prioridade da África do Sul, Brasil, China e Índia entre destinos do Sul e do Norte globais entre os anos de 1998 e 2019. Trata-se de um trabalho cujo caráter é descritivo no qual é testada a seguinte hipótese de trabalho:

H(1): Países e organizações internacionais do Sul Global receberam, em média, mais visitas presidenciais de países emergentes do que países do Norte Global ao longo do tempo

A análise dos dados foi realizada através de dois principais instrumentos: as modalidades diplomáticas da Diplomacia Presidencial e da Diplomacia de Cúpula, previamente definidas no capítulo de revisão de literatura. Os dados de ambas as modalidades foram coletados de dois bancos distintos: o Rising Powers Diplomatic Network (RPDN)<sup>3</sup>, de autoria do Professor Rafael Mesquita (Universidade Federal de Pernambuco), e o China Visits<sup>4</sup>, de autoria dos Professores Yu Wang e Randall W. Stone (University of Rochester). Os bancos de dados estão disponíveis no Harvard Dataverse e no Springerlink, respectivamente. A ideia inicial deste trabalho era analisar o comportamento dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), entretanto, tendo em vista a indisponibilidade de dados sobre diplomacia presidencial russa, os casos selecionados foram África do Sul, Brasil, China e Índia (grupo conhecido como BASIC).

O RPDN contém dados sobre o aparato diplomático de potências emergentes como África do Sul, Brasil, Índia e Turquia entre os anos de 1995 - 2019, em geral. São dois os principais aspectos monitorados pelo banco: a diplomacia presidencial e a presença diplomática. Para este trabalho, foram utilizados os dados de diplomacia presidencial da África do Sul, do Brasil e da Índia. No caso da Índia, a condução da diplomacia é realizada tanto pelo Chefe de Estado (presidente) quanto pelo Chefe de Governo (primeiro-ministro). Este trabalho levou em consideração ambos os atores e os dados foram contabilizados de forma agregada.

---

<sup>3</sup> <https://dataverse.harvard.edu/dataset.xhtml?persistentId=doi:10.7910/DVN/5FISNQ>, banco de dados Rising Powers Diplomatic Network, disponível no Harvard Dataverse. Acessado em 14/09/2022

<sup>4</sup> <https://link.springer.com/article/10.1007/s11558-022-09459-z#Sec23>, banco de dados China Visits, disponível no Springerlink. Acessado em 14/09/2022

O China Visits contém dados sobre as visitas externas de líderes chineses entre os anos de 1998 - 2020. A condução da diplomacia presidencial chinesa é realizada tanto pelo primeiro-ministro chinês quanto pelo presidente da China, de modo que ambos os atores foram levados em conta e os dados foram contabilizados de forma agregada. Para tornar os resultados mais facilmente comparáveis, este trabalho optou por analisar o recorte temporal de 1998 - 2019, anos contemplados em ambas as bases de dados.

Os dois bancos de dados utilizados contabilizam o ano da visita, o título do representante (nos casos brasileiro e sul-africano, apenas consta “presidente”. Já nos casos da China e da Índia, constam “presidente”, “*premier*” e “primeiro-ministro”), o nome do representante, o nome do destino, e se a visita foi bilateral ou multilateral. A literatura sobre política externa chinesa utiliza tanto os termos *premier* quanto primeiro-ministro para fazer referência ao título do representante. A fim de padronizar a linguagem do trabalho, optamos por adotar apenas o termo “primeiro-ministro” para ambos os países.

O RPDN discrimina as visitas multilaterais pelo tipo de organização (ou seja, se o destino é uma organização regional, região-Estado, internacional, etc.). A China Visits não o faz. Assim, todas as visitas multilaterais foram generalizadas neste trabalho como visitas a organizações internacionais. Além disso, a China Visits contabiliza apenas as visitas multilaterais em que também houve uma visita formal de Estado, enquanto o RPDN contabiliza todas as visitas multilaterais que ocorreram dentro do período de tempo em questão, o que pode constituir uma limitação na posterior análise dos resultados do ponto de vista da subestimação de visitas a organizações internacionais chinesas. Além disso, é importante ressaltar que nenhum dos dois bancos de dados utilizados contabilizam recepções no país, ou seja, os registros dizem respeito apenas às visitas externas da África do Sul, Brasil, China e Índia.

A classificação entre destinos do Norte Global e do Sul Global não está presente em nenhum dos bancos de dados utilizados, de modo que foi necessário empreender tal esforço para atingir o objetivo deste trabalho. Não foram classificados os 196 países do mundo, apenas aqueles que constavam como alvo de visitas dos quatro países analisados neste trabalho. O critério utilizado foi o

desenvolvimento econômico dos países. Segundo o Brand Report (1980)<sup>5</sup>, muito embora a classificação do mundo entre Norte e Sul possa parecer simplista do ponto de vista geográfico, os termos são frequentemente utilizados para referir-se a países “desenvolvidos” e “ricos” ou “em desenvolvimento” e “pobres”, evidenciando o caráter econômico da divisão global. Para consolidar a classificação de destinos bilaterais, ou seja, países, foram utilizadas três fontes secundárias. Primeiramente, a Brandt Line (1980)<sup>6</sup>, com base no The Brandt Report do Banco Mundial, que foi o critério utilizado no trabalho de Rodrigues et al (2019), cujo esforço é mensurar o engajamento diplomático do Brasil em termos de proeminência do Norte ou do Sul Global entre os anos de 1998 - 2014. Também foi utilizado o banco “Country Classification” (2014)<sup>7</sup>, das Nações Unidas, que contém um conjunto de dados sobre a situação e as perspectivas econômicas mundiais. Neste caso, as economias classificadas como “desenvolvidas” foram consideradas como Norte Global, enquanto as demais foram catalogadas como parte do Sul Global. O critério utilizado por este banco é a renda nacional bruta *per capita*. Por fim, foi utilizado o banco “Fiscal Monitor Comparative Report - Economy Groupings” (2022)<sup>8</sup> do Fundo Monetário Internacional, cujo critério é a renda média. Neste caso, as economias consideradas “avançadas” foram classificadas como Norte Global e as demais como Sul Global. A tabela contendo a classificação dos três bancos de dados, bem como a classificação final do destino com base na convergência entre as fontes utilizadas podem ser consultadas no Anexo A.

A classificação dos destinos multilaterais foi realizada com base na observação dos Estados-membros de cada uma delas, levando-se em consideração a classificação previamente mencionada. Caso as partes da organização internacional estivessem localizadas no Norte Global, a própria organização também seria classificada como destino do Norte. Assim também ocorreu para casos do Sul Global. Foi adicionada a categoria “mista” para o caso das organizações

---

5

[https://pubdocs.worldbank.org/en/239811602497609100/World-Bank-Group-Archives-Folder-3012482\\_2.pdf?redirect=no](https://pubdocs.worldbank.org/en/239811602497609100/World-Bank-Group-Archives-Folder-3012482_2.pdf?redirect=no), acessado em 22/08/2022

<sup>6</sup> [https://www.researchgate.net/publication/352126836\\_Global\\_South-Global\\_North\\_Differences](https://www.researchgate.net/publication/352126836_Global_South-Global_North_Differences), acessado em 22/08/2022

7

[https://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp\\_current/2014wesp\\_country\\_classification.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2014wesp_country_classification.pdf), acessado em 22/08/2022

<sup>8</sup> <https://data.imf.org/?sk=56B58DF4-F431-424C-93EC-77D2AD5BC55E&slid=1415831394526>, acessado em 22/08/2022

internacionais cujos Estados-membros e objetivos são justamente de ambas as regiões para promover cooperação Norte-Sul. Outras situações foram devidamente justificadas e estas informações podem ser consultadas neste trabalho no Anexo B.

A fim de testar as hipóteses de trabalho supracitadas, o desenho de pesquisa deste trabalho utiliza a estatística descritiva. Os resultados de cada país são apresentados de forma segmentada entre diplomacia presidencial, cujo foco são as visitas bilaterais e os destinos (no nível país) mais frequentes de cada potência emergente em análise; e diplomacia de cúpula, cujo foco são visitas multilaterais e os destinos (no nível organizações internacionais) mais frequentes. O quadro abaixo descreve as variáveis observadas neste trabalho com base nas informações retiradas dos bancos de dados (RPDN e China Visits) previamente expostos:

**Quadro 2 - Descrição das Variáveis**

<b>Variável</b>	<b>Descrição</b>	<b>Tipo da Variável</b>
Número de Visitas (valor absoluto)	Número de visitas de diplomacia presidencial registradas nos bancos de dados	Numérica Discreta
Ano	Ano da visita (varia de 1998 até 2019)	Numérica Discreta
Região	Região em que a visita ocorreu (Norte, Sul ou Mista <sup>9</sup> )	Categórica Nominal
Nome do Representante	Nome do representante que realizou a visita	Categórica Nominal
Países	Nomes de países que receberam a visita	Categórica Nominal
Organizações Internacionais	Nomes de organizações internacionais que receberam a visita	Categórica Nominal

Fonte: elaborado pela autora (2022)

<sup>9</sup> Apenas no caso de organizações internacionais mistas, ou seja, organizações cujos Estados-membros e objetivos sejam justamente promover cooperação entre países do Norte e do Sul Globais

A fim de facilitar a compreensão do leitor, o quadro abaixo apresenta um resumo das informações da análise:

**Quadro 3 - Síntese do Desenho de Pesquisa**

<b>Pergunta de Pesquisa</b>	O quanto as potências emergentes priorizaram o Sul e o Norte Globais ao longo do tempo?
<b>Hipótese de Trabalho (1)</b>	Países e organizações internacionais do Sul Global receberam, em média, mais visitas presidenciais de países emergentes do que países do Norte Global ao longo do tempo
<b>Casos</b>	África do Sul, Brasil, China e Índia
<b>Espaço Temporal</b>	1998 - 2019
<b>Método de Análise</b>	Estatística descritiva
<b>Ferramenta</b>	Google Spreadsheets
<b>Fontes de Dados</b>	Rising Powers Diplomatic Network (RPDN), China Visits, Brand Line, UN Country Classification e Fiscal Monitor - IMF

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

## 5 RESULTADOS

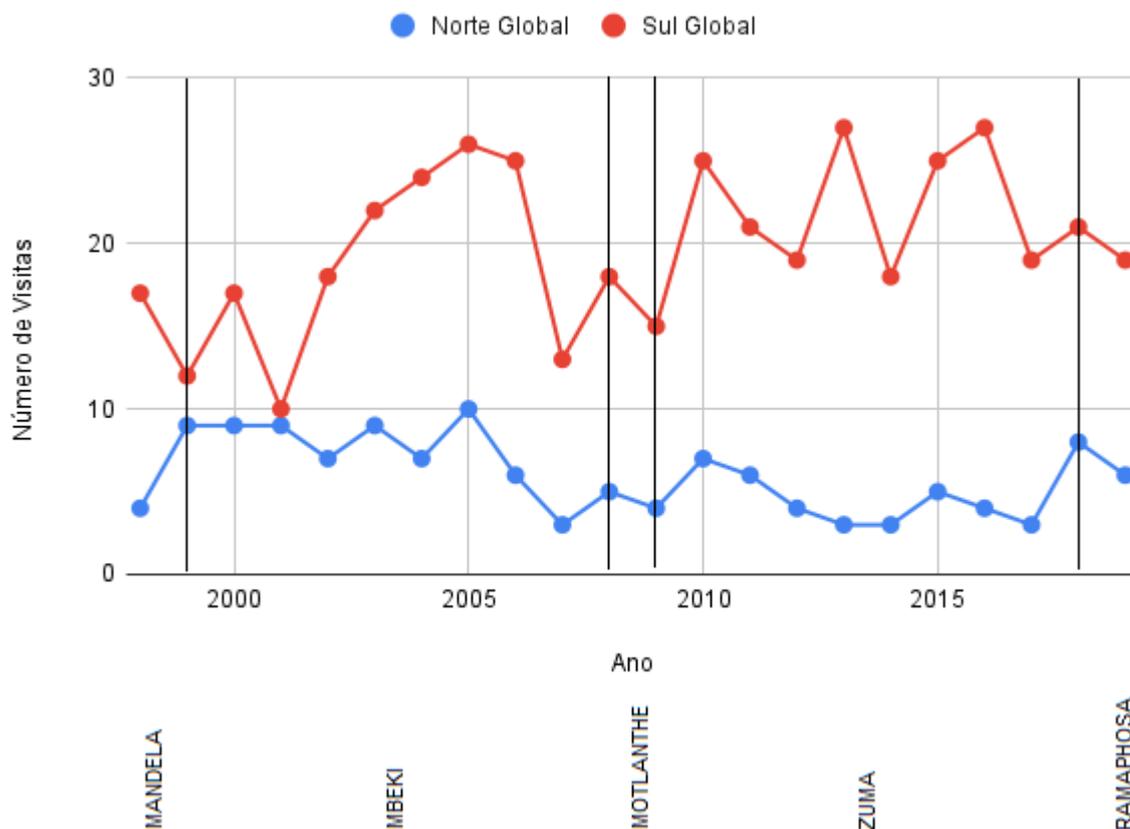
Neste capítulo, apresentaremos os resultados obtidos através da estatística descritiva. Há uma seção dedicada para cada um dos países analisados, e cada seção está dividida em duas partes: uma análise das relações bilaterais entre Norte e Sul Globais, e uma análise das relações de cúpula ou multilaterais entre Organizações Internacionais do Norte, do Sul ou Mistas. No caso em que há mais de um líder que exerce a diplomacia presidencial do país, como a China e a Índia, as especificações estão expostas nas respectivas seções.

### 5.1 ÁFRICA DO SUL

#### 5.1.1 Diplomacia presidencial - visitas bilaterais

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais da África do Sul a países do Norte Global e do Sul Global no período de 1998 - 2019.

**Gráfico 1 - Número de visitas presidenciais da África do Sul a destinos do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)**



Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN SA Presidential diplomacy”<sup>10</sup>

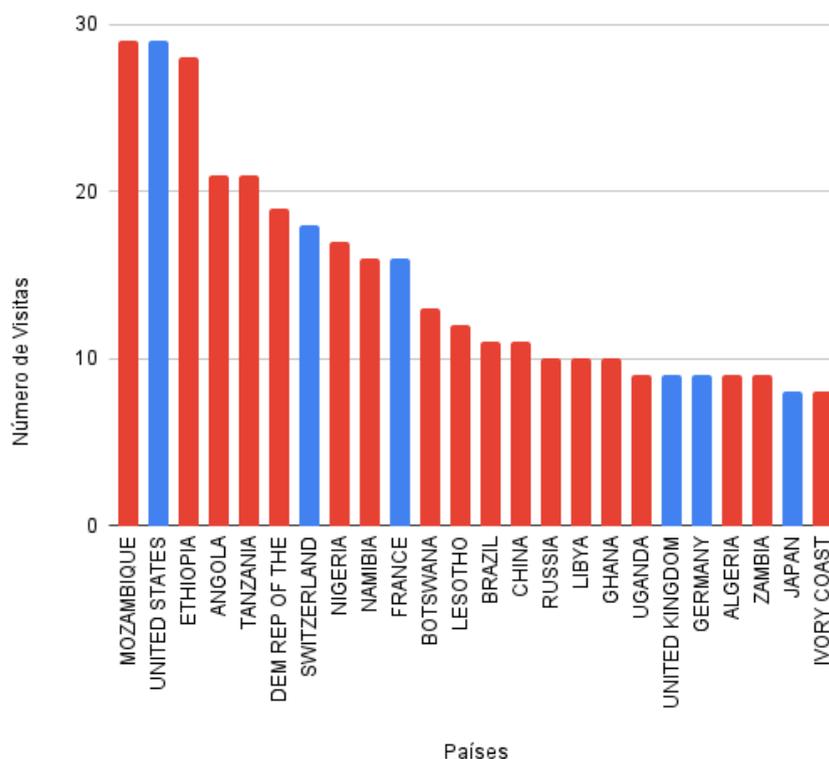
Durante o período considerado, foram observadas 569 visitas ao exterior realizadas por presidentes sul-africanos. Entre 1998 e 2019, houve 5 presidentes sul-africanos, a saber: Nelson Mandela (1998 - 1999), Thabo Mbeki (1999 - 2008), Kgalema Motlanthe (2008 - 2009), Jacob Zuma (2009 - 2018) e Cyril Ramaphosa (2018 - 2019). Motlanthe foi o presidente com menor número de visitas registradas (10), enquanto Mbeki foi o presidente com maior número de visitas registradas (241).

Considerando a classificação entre destinos do Norte e do Sul, foram registradas 131 visitas presidenciais a países localizados no Norte Global e 438 a países do Sul Global, de modo que viagens ao Sul representam 76,9% do total. É possível inferir que a proeminência de visitas ao Sul Global foi constante ao longo da série temporal, sendo mais evidente durante o mandato de Zuma (83,5%) e menos acentuada na gestão de Mandela (64,7%).

<sup>10</sup> <https://doi.org/10.7910/DVN/5FISNQ>, banco de dados RPDN, disponível no Harvard Dataverse. Acessado em 14/09/2022

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais realizadas pela África do Sul aos destinos mais frequentes entre 1998 - 2019.

**Gráfico 2 - Número de visitas recebidas pelos 24 destinos mais frequentes pela África do Sul (1998 - 2019)**



**Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN SA Presidential diplomacy”**

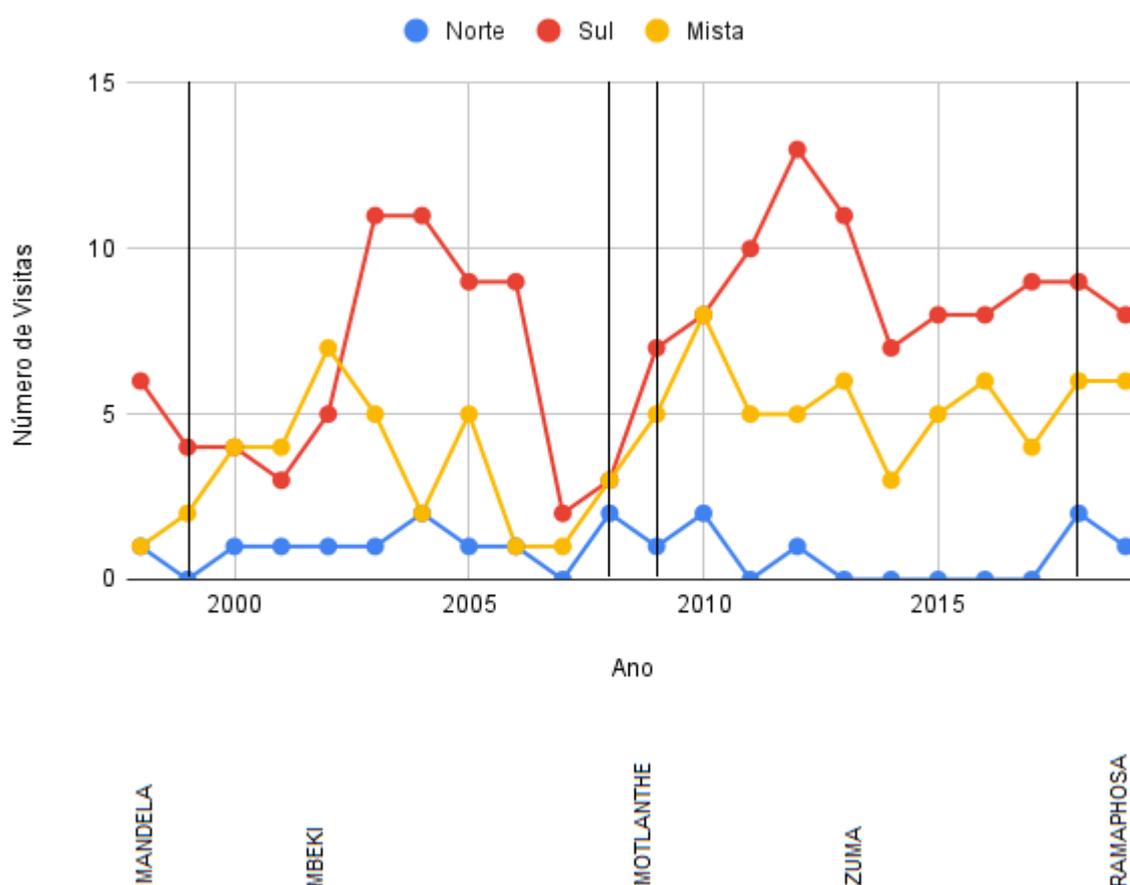
Os 24 destinos mais frequentes das visitas presidenciais sul-africanas somam 385 do total de viagens dentro do espectro temporal em análise, de modo que representam 67,6% da série completa. Dos países com maior número de ocorrências, 18 são do Sul Global (representados acima na cor vermelha), que contam com 263 visitas (68,3%). A predominância acima observada do Sul Global permanece perene quando analisada sob a ótica de um *ranking* de países mais visitados. Uma tendência interessante é que 15 dos 24 países que receberam mais visitas da África do Sul fazem parte do continente africano (ou seja, 65,5%), de modo que percebe-se uma preferência não apenas por destinos do Sul Global, mas por destinos situados dentro da própria região. Tal aspecto pode ser enfatizado através da análise das primeiras visitas que o presidente realiza durante seu

mandato, sinalizando quais são as suas prioridades e quais laços são mais importantes de serem mantidos ou escalados. No caso de Mbeki, por exemplo, as 5 primeiras visitas foram destinadas à Argélia, Moçambique, Namíbia e Líbia. Já Zuma realizou suas 5 primeiras visitas à Líbia, Itália, Egito, Angola e Zimbábue<sup>11</sup>.

### 5.1.2 Diplomacia de cúpula - visitas multilaterais

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais da África do Sul a Organizações Internacionais do Norte Global, do Sul Global e Mistas no período de 1998 - 2019.

**Gráfico 3 - Número de visitas presidenciais da África do Sul a Organizações Internacionais do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)**



<sup>11</sup> <https://doi.org/10.7910/DVN/5FISNQ>, dados extraídos do banco de dados RPDN, disponível no Harvard Dataverse. Acessado em 14/09/2022

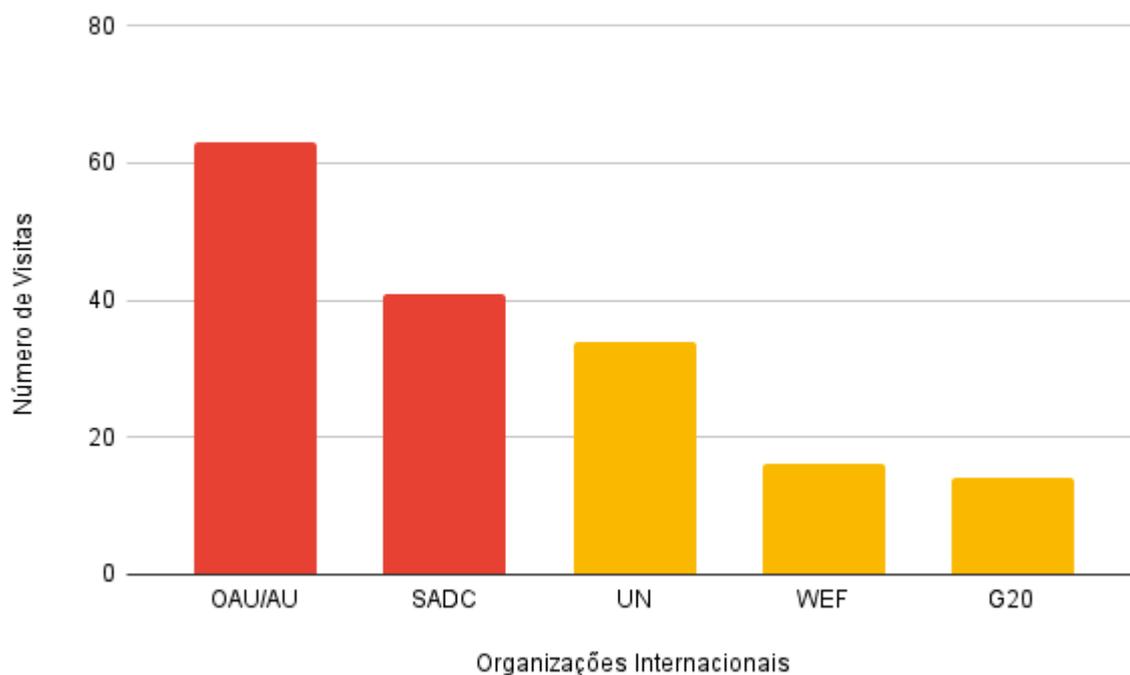
**Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN SA Presidential diplomacy”**

O total de visitas registradas de presidentes sul-africanos a Organizações Internacionais durante o período considerado foi de 277. Destas, 18 foram para Ols do Norte Global, 165 para Ols do Sul Global e 94 para aquelas Ols consideradas mistas, ou seja, que são constituídas tanto por países do Norte quanto do Sul. O Sul Global representa, no âmbito das Organizações Internacionais, 59,5% do total de visitas. O presidente que possui maior número de visitas registradas foi Zuma (131) e o que menos possui registro de participação em eventos multilaterais foi Motlanthe (6).

Em termos de classificação, a maior proeminência de visitas a Ols do Sul Global pode ser observada durante o mandato de Mandela e Motlanthe (ambos com 66,6% de visitas ao Sul). Muito embora seja possível inferir que a predominância do Sul pode ser perenemente observada, faz-se importante destacar que durante os mandatos de Mbeki e Zuma houve uma evidente aproximação entre o número de visitas ao Sul e às Ols Mistas em determinados anos. Mbeki conta com 58% de visitas a Ols do Sul Global e 32% de visitas a Ols Mistas, enquanto Zuma conta com 61,8% de visitas a Ols do Sul e 35% a Ols Mistas.

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais realizadas pela África do Sul às Organizações Internacionais mais frequentes entre 1998 - 2019.

**Gráfico 4 - Número de visitas recebidas pelas 5 Organizações Internacionais mais frequentes pela África do Sul (1998 - 2019)**



**Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN SA Presidential diplomacy”**

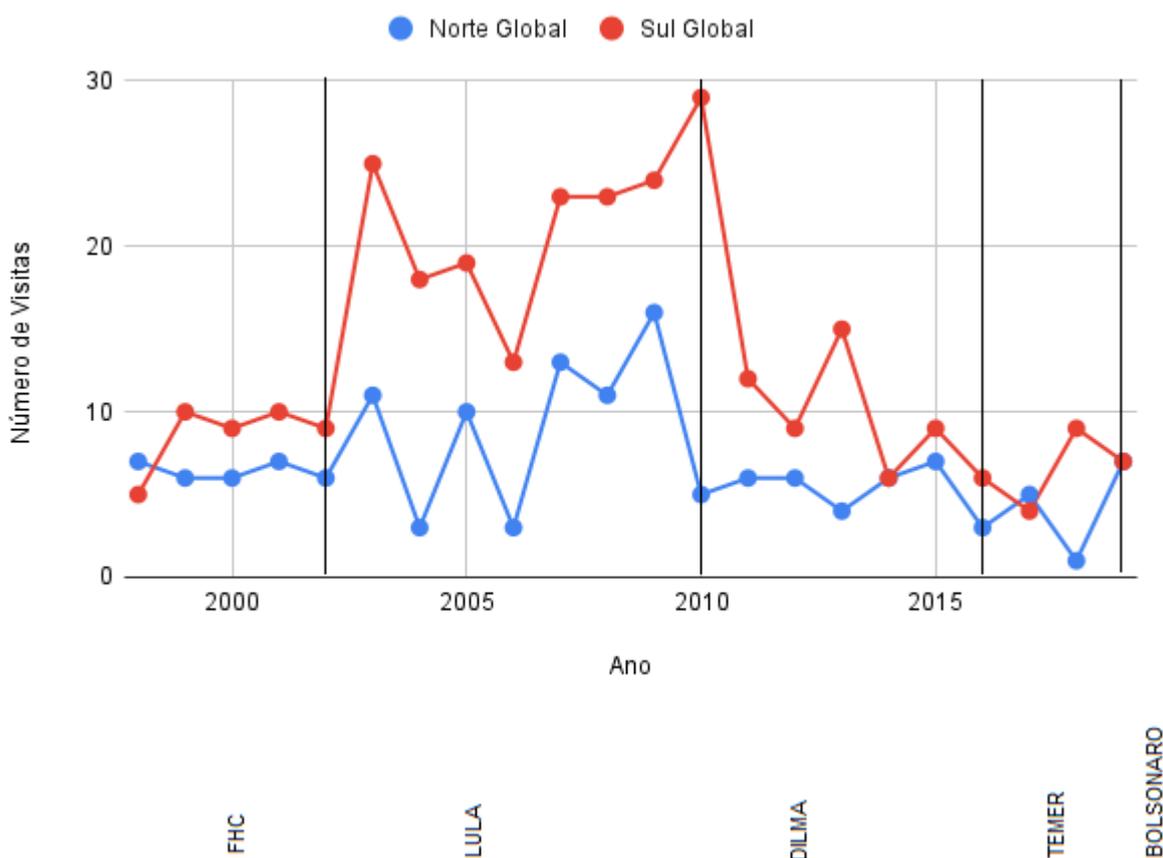
As 5 OIs com maior ocorrência de visitas pelos presidentes africanos ao longo do tempo somam um total de 168 registros, representando 60,6% dos destinos multilaterais entre 1998 - 2019. Os dois primeiros postos são ocupados pela Organização da Unidade Africana/União Africana (OAU/AU) e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), ambas localizadas no Sul Global e no continente africano, seguindo a predominância previamente observada no âmbito dos países. Juntas, estas organizações concentram 61,9% das viagens dos presidentes sul-africanos. As demais OIs no *ranking* são classificadas como mistas, ou seja, organizações cujo interesse é mesclar interesses de países do Norte e do Sul, como as Nações Unidas, o Fórum Econômico Mundial e o G20. Do ponto de vista temático, tanto o Fórum Econômico Mundial quanto o G20 possuem objetivos econômicos, de modo que pode-se inferir que a aproximação sul-africana de destinos mistos, com a presença de países do norte global, possui uma ambição de inserção no mercado internacional. As Organizações Internacionais do Norte Global receberam um número ínfimo de visitas ao longo do tempo.

## 5.2 BRASIL

### 5.2.1 Diplomacia presidencial - visitas bilaterais

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais do Brasil a países do Norte Global e do Sul Global no período de 1998 - 2019.

**Gráfico 5 - Número de visitas presidenciais do Brasil a destinos do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)**



Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN BR Presidential diplomacy”<sup>12</sup>

Durante o período considerado, foram observadas 443 visitas ao exterior realizadas por presidentes brasileiros. Entre 1998 e 2019, houve 5 presidentes brasileiros, a saber: Fernando Henrique Cardoso (1998 - 2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010), Dilma Rousseff (2011 - 2016), Michel Temer (2016 - 2018) e Jair

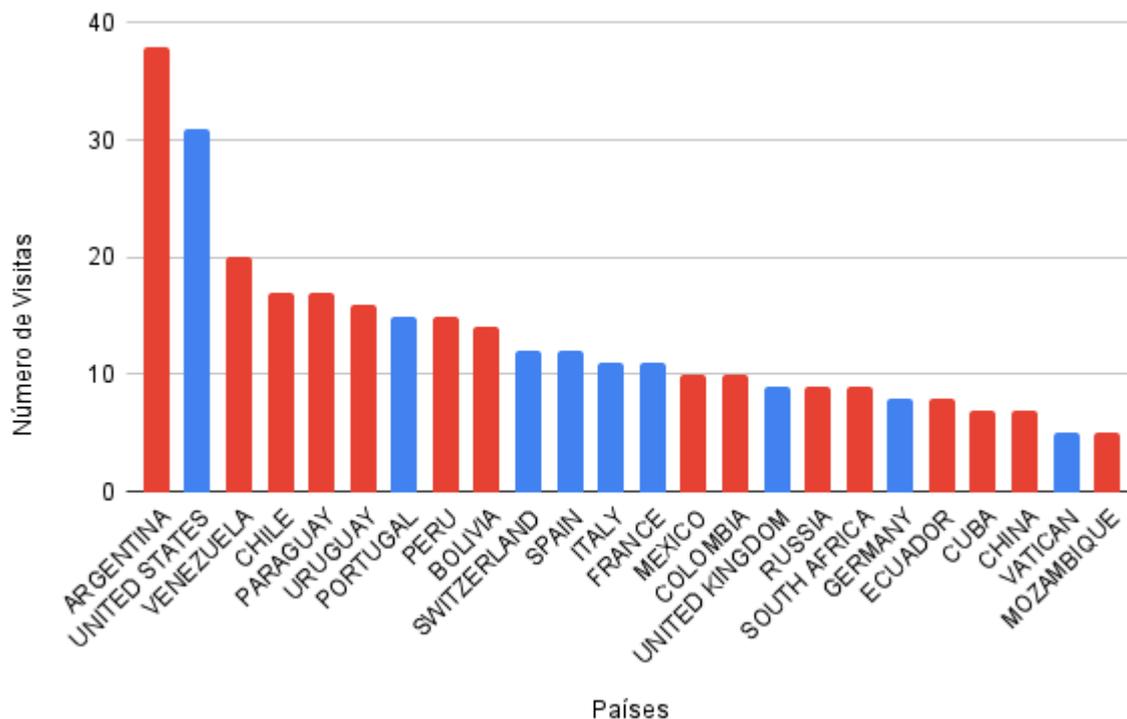
<sup>12</sup> <https://doi.org/10.7910/DVN/5FISNQ>, dados extraídos do banco de dados RPDN, disponível no Harvard Dataverse. Acessado em 14/09/2022

Messias Bolsonaro (2019). Bolsonaro foi o presidente com menor número de visitas registradas (14), enquanto Lula foi o presidente com maior número de visitas registradas (246).

Considerando a classificação entre destinos do Norte e do Sul, foram registradas 149 visitas presidenciais a países localizados no Norte Global e 294 a países do Sul Global, de modo que viagens ao Sul representam 66,3% do total. É possível inferir que a proeminência de visitas ao Sul Global foi mais acentuada durante o mandato do presidente Lula de acordo com a série temporal, com picos entre os anos de 2007 a 2010, além do destaque de 2003. Durante o mandato de Bolsonaro, avaliado no espectro de seu primeiro ano de gestão (2019), tanto o Sul Global quanto o Norte Global ocupam 50% das viagens presidenciais. Muito embora na gestão dos demais presidentes, como FHC (57,3%), Dilma (63,8%) e Temer (68%) o Sul Global tenha ocupado lugar de maioria das visitas, a distância entre Norte e Sul é menos dramática do que o caso da África do Sul, avaliado na sessão acima. Os resultados encontrados convergem com achados postulados na literatura. Rodrigues et al. (2019) concluem que o Brasil ampliou sua relação com países do Sul Global durante a gestão Lula, muito embora tal avanço não tenha ocorrido em detrimento da manutenção de laços com o Norte Global. Os autores reconhecem, entretanto, que o comportamento brasileiro em tal período não necessariamente se deu em função de uma visão de política externa, mas em razão de fatores ideológicos relativos à política doméstica. Apesar disso, denota-se que o relacionamento do Brasil em relação ao Sul Global se aprofundou ao longo dos anos, especialmente a partir de 2008, como um instrumento de cooperação estratégica do país (RODRIGUES et al., 2019).

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais realizadas pelo Brasil aos destinos mais frequentes entre 1998 - 2019.

**Gráfico 6 - Número de visitas recebidas pelos 24 destinos mais frequentes pelo Brasil (1998 - 2019)**



**Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN BR Presidential diplomacy”**

Os 24 destinos mais frequentes das visitas presidenciais brasileiras somam 316 do total de viagens dentro do espectro temporal em análise, de modo que representam 71,3% da série completa. Dos países com maior número de ocorrências, 15 são do Sul Global (representados acima na cor vermelha), que contam com 202 visitas (63,9%). Não fica evidente uma predominância do Sul Global em relação ao Norte Global no caso do Brasil. Uma observação importante é que os dois países que lideram o ranking de mais visitados são Argentina (38 visitas) e Estados Unidos da América (31 visitas), evidenciando um caráter moderado entre a priorização de destinos Norte ou Sul. Uma tendência interessante distintos países sul-americanos à frente no ranking fazem parte do MERCOSUL, seja como Estados-membros (Argentina, Venezuela, Paraguai e Uruguai, muito embora a Venezuela atualmente se encontre suspensa do bloco<sup>13</sup>), seja como Estados-associados (Chile, Peru, Bolívia, Colômbia e Equador). Estes representam

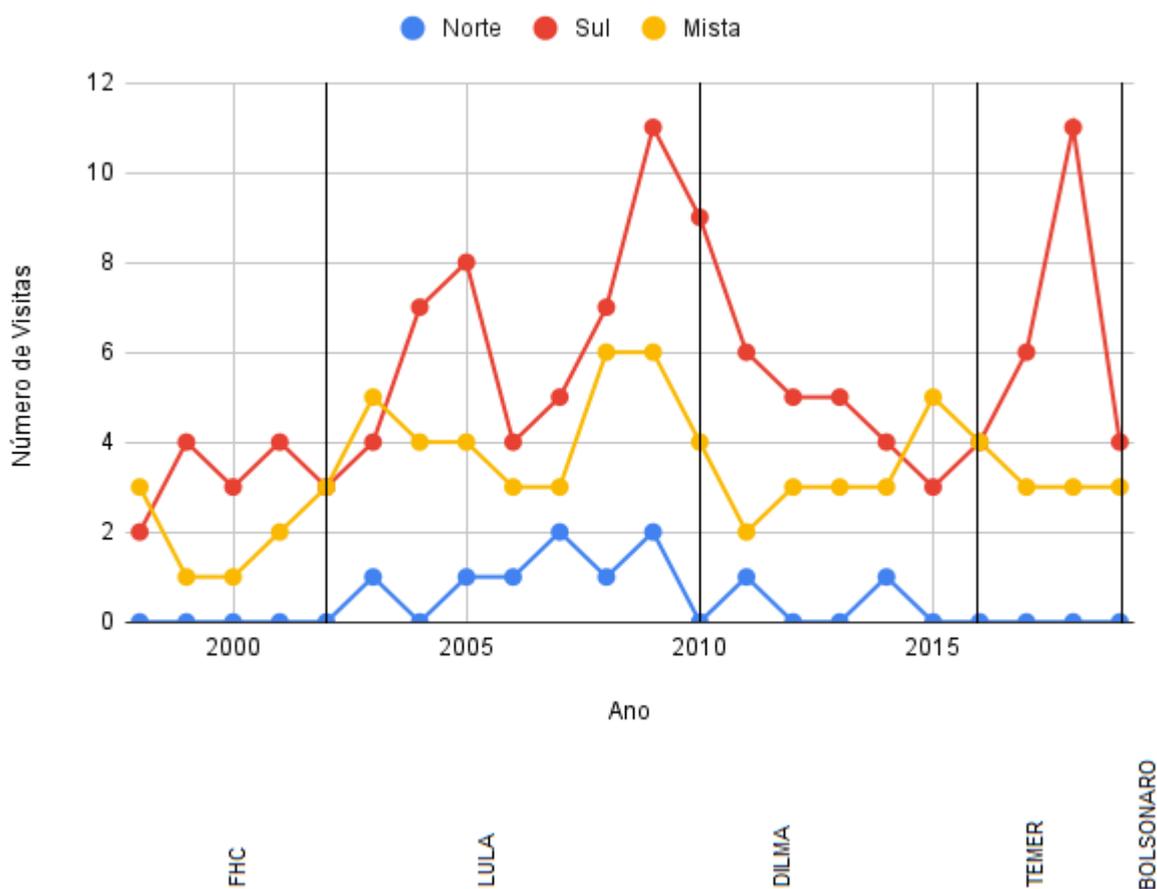
<sup>13</sup> <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/paises-do-mercosul/>, acessado em 15/09/2022

cerca de 49% dos 24 países mais visitados. É possível inferir, portanto, que muito embora o Brasil tenha adotado uma postura mais equilibrada entre Norte e Sul Globais, o Sul ainda representa a maioria e, dentro do Sul Global, países sul-americanos possuem uma posição notória.

### 5.2.2 Diplomacia de cúpula - visitas multilaterais

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais do Brasil a Organizações Internacionais do Norte Global, do Sul Global e Mistas no período de 1998 - 2019.

**Gráfico 7 - Número de visitas presidenciais do Brasil a Organizações Internacionais do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)**



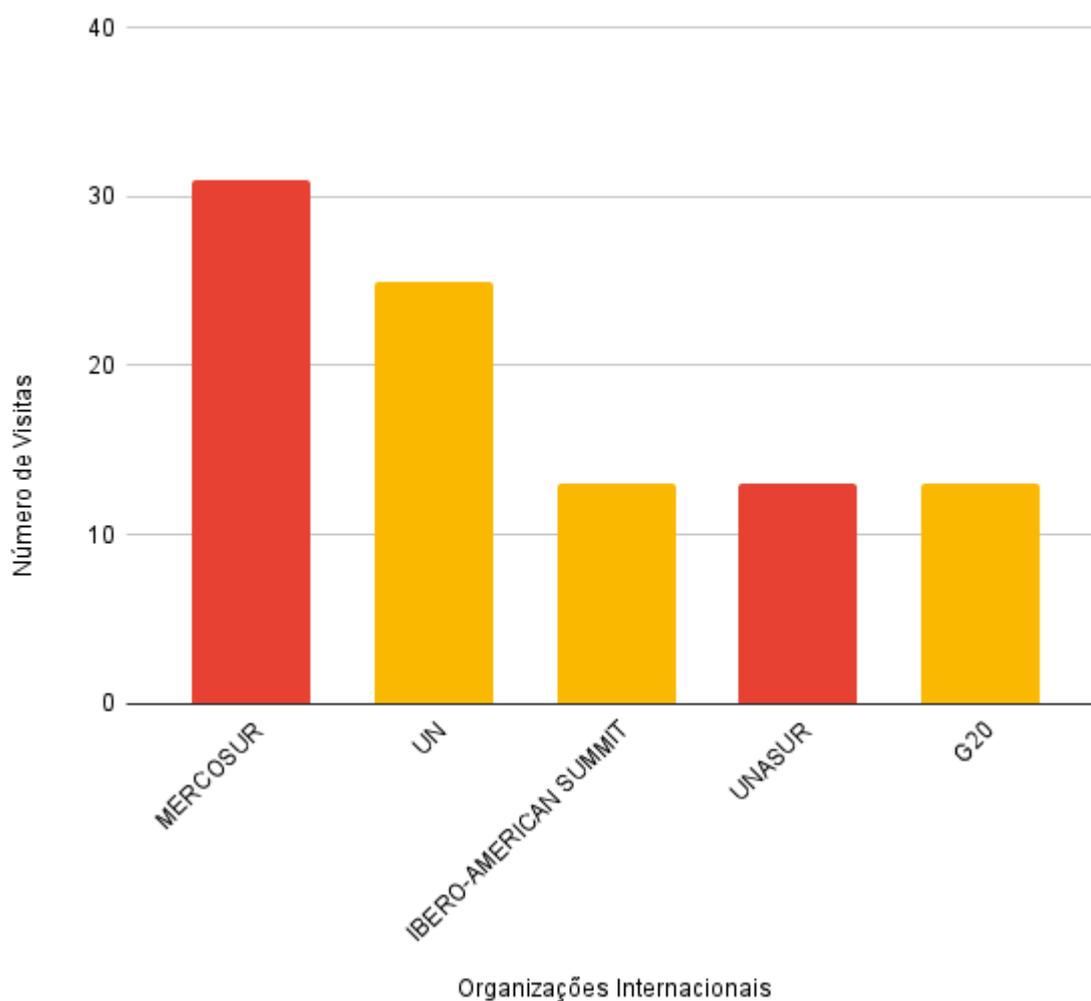
Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN BR Presidential diplomacy”

O total de visitas registradas de presidentes brasileiros a Organizações Internacionais durante o período considerado foi de 190. Destas, 10 foram para OIs do Norte Global, 106 para OIs do Sul Global e 74 para aquelas OIs consideradas mistas, ou seja, que são constituídas tanto por países do Norte quanto do Sul. O Sul Global representa, no âmbito das Organizações Internacionais, 55,7% do total de visitas. O presidente que obteve maior número de visitas registradas foi Lula (98) e o que menos possui registro de participação em eventos multilaterais é Bolsonaro (5).

Em termos de classificação, a maior proeminência de visitas a OIs do Sul Global pode ser observada durante o mandato de FHC (61,5%). Ao longo dos mandatos presidenciais, observa-se uma proeminência perene de visitas às Organizações Internacionais do Sul Global, com picos em 2009, durante a gestão Lula, e em 2018, durante a gestão Temer. As organizações internacionais mistas tiveram destaque em dois anos consecutivos, 2008 e 2009, durante a gestão Lula. As Organizações Internacionais do Norte Global possuem uma representação ínfima de visitas presidenciais brasileiras, apenas sendo observadas durante o período Lula (8%) e durante o governo Dilma (4,5%). É importante mencionar, todavia, que as OIs do Norte são compostas por Estados-membros classificados também como Norte Global, de modo que países localizados no Sul Global usualmente não fazem parte da rotina de encontros de cúpula destas organizações. A priorização pelo Norte pode ser melhor analisada observando-se o engajamento das visitas presidenciais nos *summits* de OIs mistas, cujos Estados-membros são países tanto do Norte quanto do Sul e cujos objetivos geralmente envolvem a cooperação Norte-Sul ou o alcance de objetivos globais, como é o caso da Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo e das Nações Unidas, respectivamente.

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais realizadas pelo Brasil às Organizações Internacionais mais frequentes entre 1998 - 2019.

**Gráfico 8 - Número de visitas recebidas pelas 5 Organizações Internacionais mais frequentes pelo Brasil (1998 - 2019)**



**Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN BR Presidential diplomacy”**

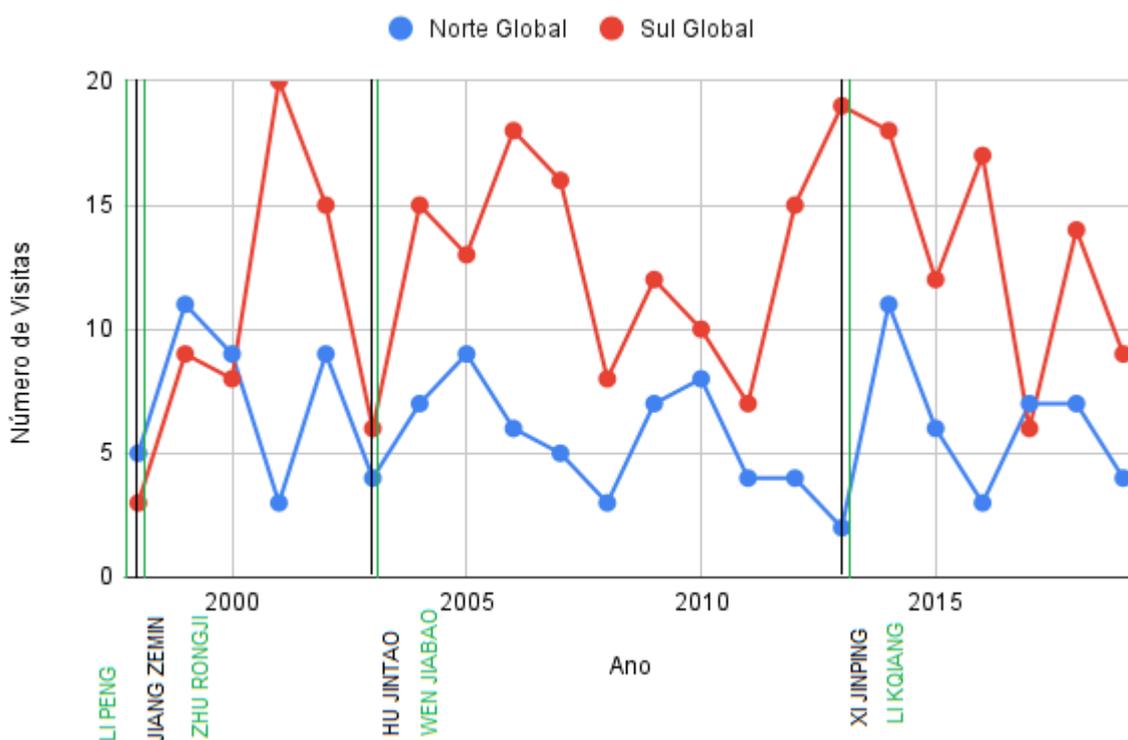
As 5 OIs com maior ocorrência de visitas pelos presidentes brasileiros ao longo do tempo somam um total de 95 registros, representando 50% dos destinos multilaterais entre 1998 - 2019. O primeiro posto é ocupado pelo Mercado Comum do Sul, processo de integração regional constituído por países sul-americanos. As demais OIs predominantes no *ranking* são classificadas como mistas, como é o caso das Nações Unidas, da Conferência Ibero-Americana de Chefes de Estado e de Governo e do G20. O fato de que três das cinco organizações mais frequentes são classificadas como mistas evidencia o aspecto crescente da prioridade que os presidentes brasileiros têm dado a este tipo de destino multilateral.

## 5.3 CHINA

### 5.3.1 Diplomacia presidencial - visitas bilaterais

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais da China a países do Norte Global e do Sul Global no período de 1998 - 2019. A China possui chefes de Estado e de governo separados, de modo que conta com primeiros-ministros e presidentes concomitantemente. Neste trabalho, os dados são contados de forma agregada para ambos, muito embora saibamos que o significado das visitas de cada um pode diferir consideravelmente na realidade. Abaixo, os presidentes estão representados pelas linhas verticais pretas e os primeiros-ministros são ilustrados pelas linhas verticais verdes.

**Gráfico 9 - Número de visitas presidenciais da China a destinos do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)**



Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “China Visits”<sup>14</sup>

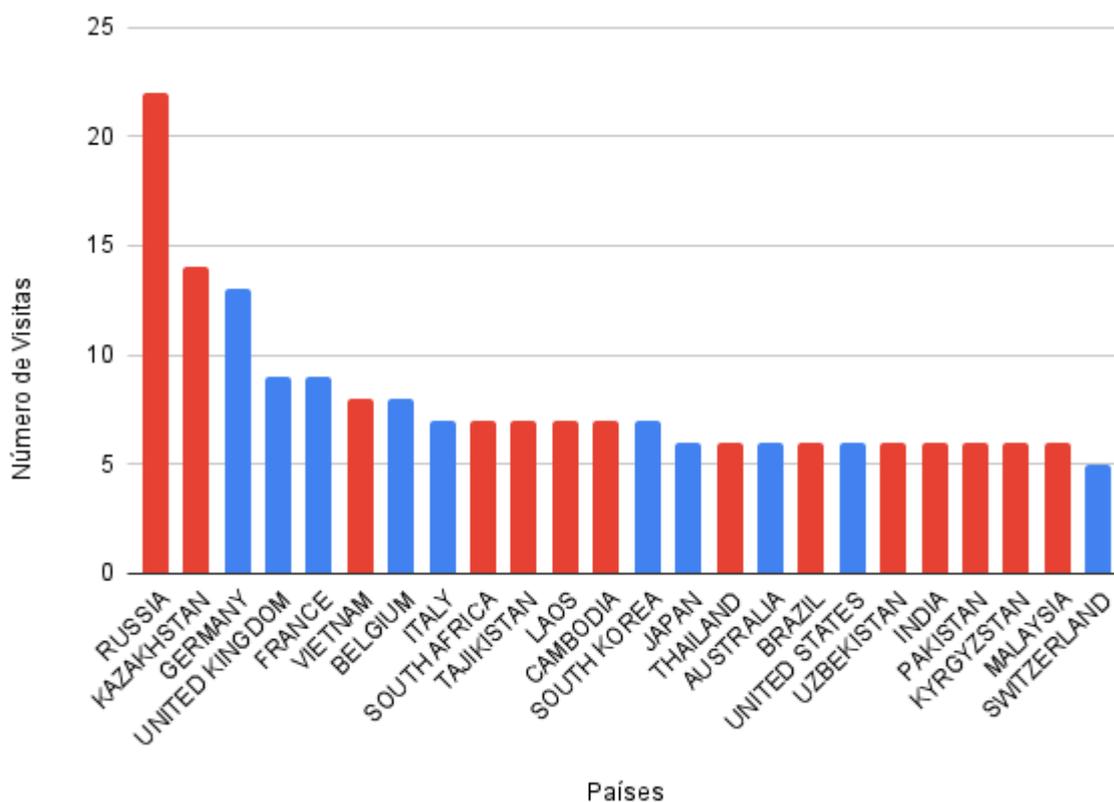
<sup>14</sup> <https://link.springer.com/article/10.1007/s11558-022-09459-z>, dados extraídos do banco de dados China Visits, disponível no Springer Link. Acessado em 14/09/2022

Durante o período considerado, foram observadas 404 visitas ao exterior realizadas por chefes de Estado/governo chineses. Entre 1998 e 2019, houve 3 presidentes chineses, a saber: Jiang Zemin (1998 - 2002), Hu Jintao (2003 - 2012) e Xi Jinping (2013 - 2019). No mesmo período de tempo, a China teve 4 primeiros-ministros: Li Peng (1998), Zhu Rongji (1998 - 2002), Wen Jiabao (2003 - 2012) e Li Keqiang (2013 - 2019). Jiabao foi o premiê com maior número de visitas registradas (90), enquanto Li Peng foi o premiê com menor número de visitas registradas (3). Entre os presidentes, Jiang Zemin foi o que obteve menor número de visitas ao exterior registradas (49), enquanto Hu Jintao realizou o maior número de viagens (87). Levando-se em consideração não os números absolutos, mas a média anual, o destaque é de Xi Jinping, com uma taxa de 11,4 visitas por ano.

Considerando a classificação entre destinos do Norte e do Sul, foram registradas 134 visitas a países localizados no Norte Global e 270 a países do Sul Global, de modo que viagens ao Sul representam 66,8% do total. É possível inferir que a proeminência de visitas ao Sul Global foi mais acentuada durante os anos de 2001, 2013, 2006, 2014 e 2016, com 20, 19, 18, 18 e 17 visitas a este tipo de destino, respectivamente. Em três dos cinco anos mencionados, o presidente e o primeiro-ministro eram Xi Jinping e Li Keqiang. Entretanto, foi no período dos mandatos de Hu Jintao e Wen Jiabao que a proeminência do Sul sobre o Norte se mostrou perene. O Norte Global é priorizado nos anos de 1998, 1999, 2000 e 2017. Neste período, o presidente e o primeiro-ministro eram Jiang Zemin e Li Peng / Zhu Rongji. Em geral, o Sul Global observa-se como prioridade de visitas de chefes de Estado/governo chineses ao longo da série temporal.

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais realizadas pela China aos destinos mais frequentes entre 1998 - 2019.

**Gráfico 10 - Número de visitas recebidas pelos 24 destinos mais frequentes pela China (1998 - 2019)**



**Fonte:** elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “China Visits”

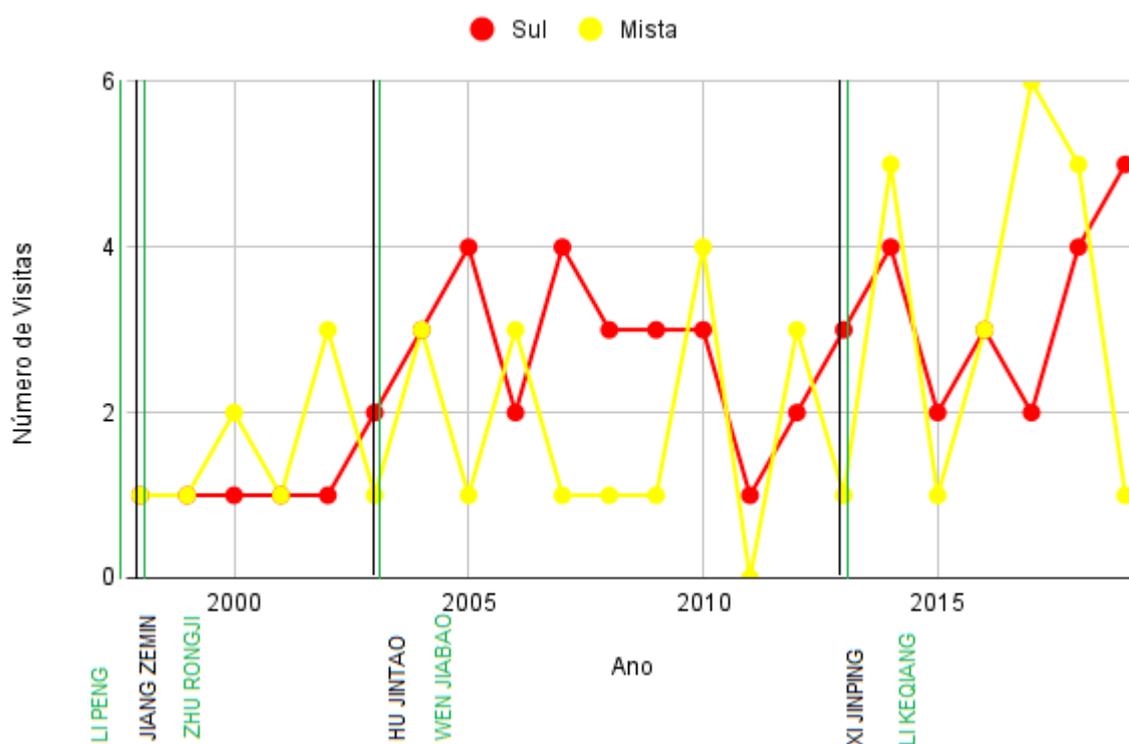
Os 24 destinos mais frequentes das visitas de chefes de estado/governo chineses brasileiras somam 190 do total de viagens dentro do espectro temporal em análise, de modo que representam 47% da série completa - um destaque mais moderado se comparado com o quanto os 24 destinos mais frequentes representam do total das visitas da África do Sul, do Brasil e da Índia (posteriormente

apresentada). Dos países com maior número de ocorrências, 14 são do Sul Global (representados acima na cor vermelha), o que também constitui a amostra mais discreta entre os 4 países em análise. Muito embora a presença de países do Sul seja minoria no *ranking*, o número de visitas a este tipo de destino continua superior, contando com 60% do total das visitas realizadas pela China aos 24 países mais frequentes.

### 5.3.2 Diplomacia de cúpula - visitas multilaterais

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais da China a Organizações Internacionais do Sul Global e Mistas no período de 1998 - 2019. Durante os anos analisados, não houve visitas a organizações internacionais do Norte Global registradas. Seguindo o padrão anterior, as linhas verdes representam os primeiros-ministros e as linhas pretas ilustram os presidentes da China.

**Gráfico 11 - Número de visitas presidenciais da China a Organizações Internacionais do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)**



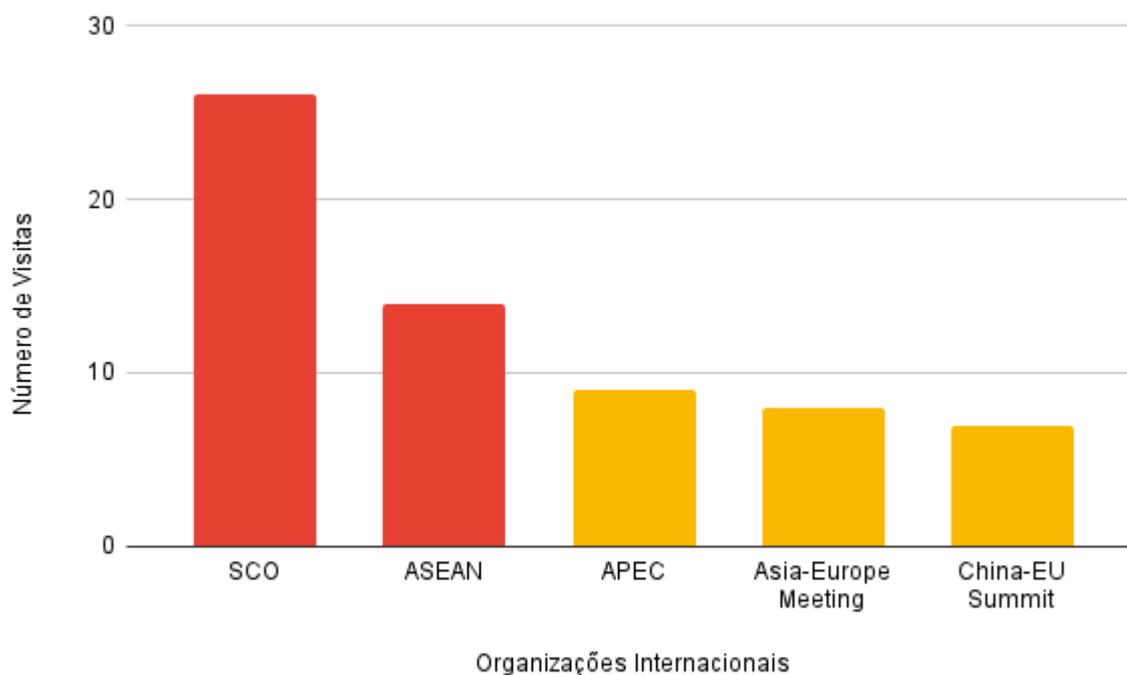
Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “China Visits”

O total de visitas registradas de chefes de Estado/governo chineses a Organizações Internacionais durante o período considerado foi de 103. Destas, 55 foram para Ols do Sul Global e 48 para aquelas Ols consideradas mistas, ou seja, que são constituídas tanto por países do Norte quanto do Sul. Não há registro de viagens realizadas a Ols do Norte Global durante o período em análise. O Sul Global representa, no âmbito das Organizações Internacionais, 53,3% do total de visitas multilaterais. O presidente que obteve maior número de visitas registradas foi Xi Jinping (20) e o que menos possui registro de participação em eventos multilaterais é Jiang Zemin (4). Quanto aos primeiros-ministros, Wen Jiabao conta com o maior número de visitas multilaterais registradas (26), enquanto Zhu Rongji conta com o menor número (9). Não há registro de viagens multilaterais realizadas por Li Peng.

Em termos de classificação, a maior proeminência de visitas a Ols do Sul Global pode ser observada durante os anos de 2019, com um total de 5 visitas a eventos multilaterais do Sul Global, além de 2005, 2007, 2014 e 2018, com 4 visitas a Ols do Sul. Em 2005 e 2007, Hu Jintao e Wen Jiabao estavam na gestão do país e em 2014, 2018 e 2019, o mandato era de Xi Jinping e Li Keqiang, de modo que pode-se inferir que a prioridade ao Sul foi mais evidente nestes períodos. É importante mencionar que as organizações mistas Norte Global obtiveram uma discreta proeminência em relação ao Sul em 8 dos 22 anos em análise, ou seja, durante os mesmos mandatos dos presidentes e primeiros-ministros anteriormente mencionados. Tal aspecto demonstra que, ao longo da série temporal, há um certo equilíbrio na prioridade dos chefes de estado/governo em relação aos dois tipos de destino, sendo o Norte o destaque de alguns anos, e o Sul de outros.

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais realizadas pela China às Organizações Internacionais mais frequentes entre 1998 - 2019.

**Gráfico 12 - Número de visitas recebidas pelas 5 Organizações Internacionais mais frequentes pela China (1998 - 2019)**



**Fonte:** elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “China Visits”

As 5 OIs com maior ocorrência de visitas pelos chefes de Estado/governo chineses ao longo do tempo somam um total de 64 registros, representando 62% dos destinos multilaterais entre 1998 - 2019. Os dois primeiros lugares são ocupados pela Organização para Cooperação de Xangai (SCO) e pela Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN). Um aspecto interessante a se ressaltar é que todos os Estados-membros da SCO (Índia, Cazaquistão, Quirguistão, Rússia, Paquistão, Tadjiquistão e Uzbequistão)<sup>15</sup> constam no *ranking* de países mais frequentemente visitados pela China, anteriormente apresentado. Alguns membros da ASEAN também são observados nos países mais frequentes, como Camboja, Tailândia, Malásia, Laos e Vietnã<sup>16</sup>. O terceiro lugar é composto pela Cooperação Econômica Ásia-Pacífico, que também é constituída de destinos bilaterais mais frequentes, como a Austrália, o Japão, a Coreia do Sul e os Estados Unidos da América.<sup>17</sup> Outros destinos europeus previamente apresentados no ranking de ocorrências mais frequentes fazem parte das Cúpulas da Ásia - Europa e da China - União Europeia. Em suma, um certo padrão pode ser encontrado a partir da análise

<sup>15</sup> <http://eng.sectsc.org/docs/about/faq.html>, acessado em 19/09/2022

<sup>16</sup> <https://asean.org/member-states/>, acessado em 19/09/2022

<sup>17</sup>

<https://www.apec.org/about-us/about-apec#:~:text=APEC's%202021%20member%20economies%20are,Thailand%3B%20United%20States%20of%20America%3B>, acessado em 19/09/2022

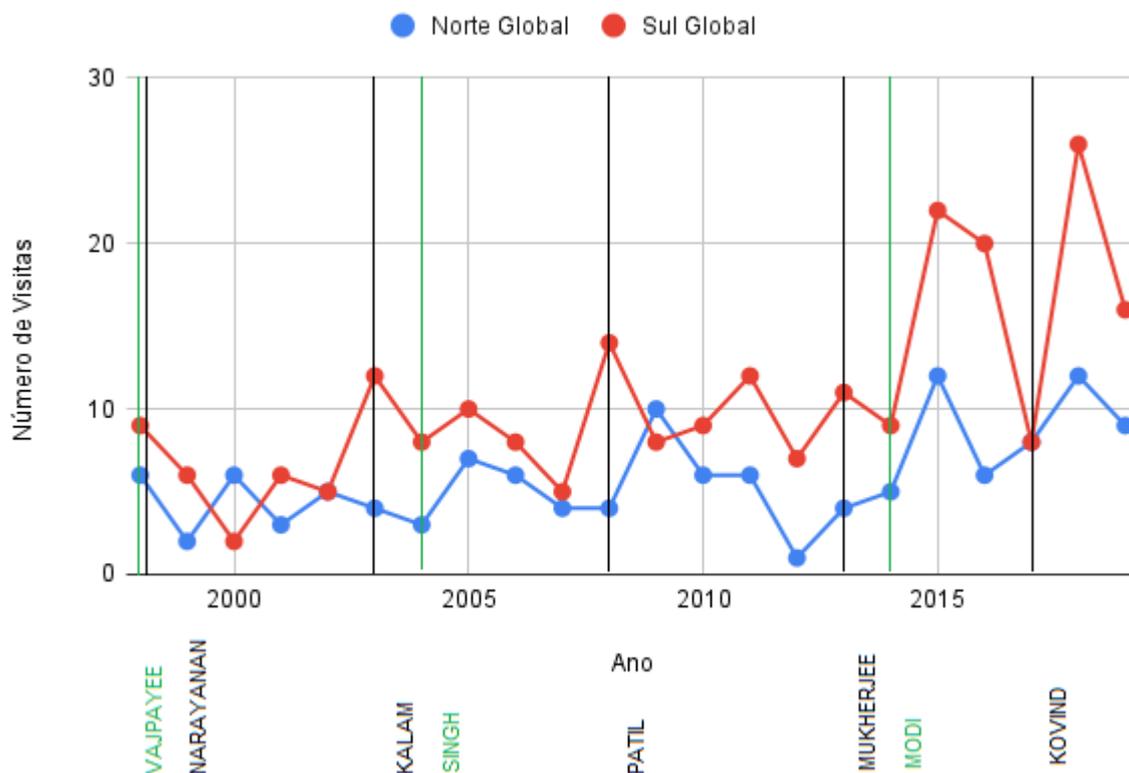
de visitas chinesas: os destinos bilaterais mais frequentes costumam fazer parte de processos de integração ou cooperação dos quais a China faz parte, o que justifica, em alguma medida, a moderação entre a prioridade do Sul e do Norte ao longo dos anos.

## 5.4 ÍNDIA

### 5.4.1 Diplomacia presidencial - visitas bilaterais

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais da Índia a países do Norte Global e do Sul Global no período de 1998 - 2019. A Índia possui chefes de Estado e de governo separados, de modo que conta com primeiros-ministros e presidentes concomitantemente, de modo que os dados são contados de forma agregada, muito embora saibamos que o significado das visitas de cada um pode diferir consideravelmente na realidade. Abaixo, os presidentes estão representados pelas linhas verticais pretas e os primeiros-ministros são ilustrados pelas linhas verticais verdes.

**Gráfico 13 - Número de visitas presidenciais da Índia a destinos do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)**



Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN IN Presidential diplomacy”<sup>18</sup>

Durante o período considerado, foram observadas 362 visitas ao exterior realizadas por presidentes e primeiros-ministros indianos. Entre 1998 e 2019, houve 5 presidentes indianos, a saber: K. R. Narayanan (1998 - 2002), A. P. J. Abdul Kalam (2003 - 2007), Pratibha Patil (2008 - 2012), Pranab Mukherjee (2013 - 2016) e Ram Nath Kovind (2017 - 2019). Narayanan foi o presidente com menor número de visitas registradas (14), enquanto Kovind foi o presidente com maior número de visitas registradas (28). Além do chefe de Estado, a Índia conta com primeiros-ministros como chefes de Governo. Entre 1998 e 2019, a Índia teve três primeiros-ministros: Atal Bihari Vajpayee (1998 - 2004), Manmohan Singh (2004 - 2014) e Narendra Modi (2014 - 2019). Vajpayee conta com o menor número de visitas (50) e Modi com o maior (107). Em geral, os primeiros-ministros indianos possuem uma média anual de visitas bilaterais superior à dos presidentes. A menor média anual dos primeiros-ministros é a de Vajpayee, num valor de 7,14 visitas ao

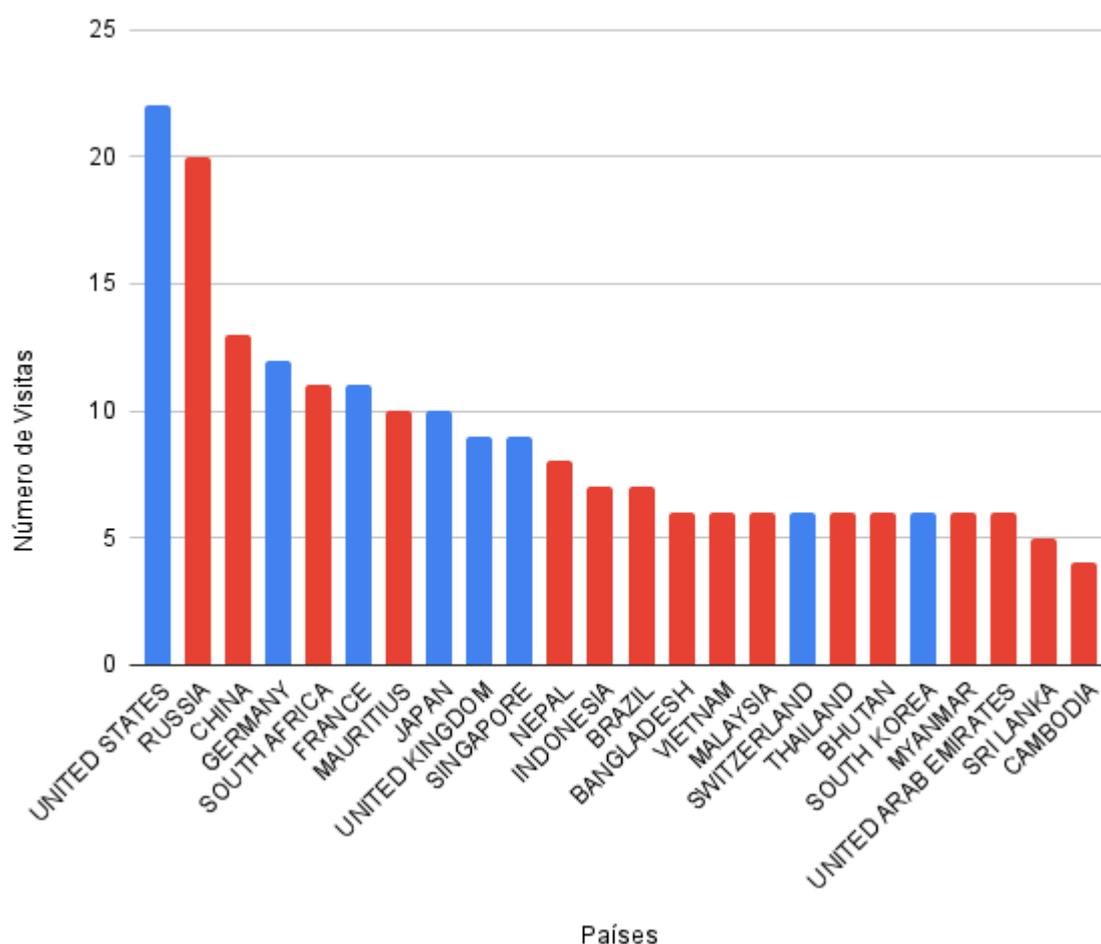
<sup>18</sup> <https://doi.org/10.7910/DVN/5FISNQ>, dados extraídos do banco de dados RPDN, disponível no Harvard Dataverse. Acessado em 14/09/2022

ano. A menor média anual dos presidentes é a de Narayanan, com 2,8 visitas ao ano. As maiores médias anuais são de Modi e Kovind, com 17,8 e 9,3 visitas ao ano, respectivamente. Os resultados indicam, portanto, que os primeiros-ministros indianos possuem taxas de diplomacia presidencial superiores aos chefes de Estado do país.

Considerando a classificação entre destinos do Norte e do Sul, foram registradas 129 visitas presidenciais a países localizados no Norte Global e 233 a países do Sul Global, de modo que viagens ao Sul representam 64,3% do total. É possível inferir que a proeminência de visitas ao Sul Global foi mais acentuada durante os termos de Modi, Mukherjee e Kovind, durante os anos de 2015, 2016, 2018 e 2019. A predominância do Sul Global, entretanto, não é exclusiva. Durante os anos 2000 e 2009 as visitas a destinos do Norte Global foram superiores em relação ao Sul, e durante os anos de 2001 e 2016, o número de visitas foi equivalente para ambos os tipos de destinos. Além disso, há diversos pontos de aproximação entre Norte e Sul Globais visíveis no gráfico.

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais realizadas pela Índia aos destinos mais frequentes entre 1998 - 2019.

**Gráfico 14 - Número de visitas recebidas pelos 24 destinos mais frequentes pela Índia (1998 - 2019)**



Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN IN Presidential diplomacy”

Os 24 destinos mais frequentes das visitas presidenciais indianas somam 212 do total de viagens dentro do espectro temporal em análise, de modo que representam 58,5% da série completa. Dos países com maior número de ocorrências, 16 são do Sul Global (representados acima na cor vermelha), que contam com 127 visitas (59,9%). Não fica evidente uma predominância do Sul Global em relação ao Norte Global no caso da Índia. Uma observação importante é que os dois países que lideram o ranking de mais visitados são Estados Unidos da América (22 visitas) e Rússia (20 visitas), evidenciando um caráter moderado entre a priorização de destinos Norte ou Sul. Uma tendência interessante é que 4 dos 7 países que compõem a Associação Sul-Asiática para a Cooperação Regional fazem parte do *ranking* (Nepal, Bangladeche, Butão e Sri Lanka)<sup>19</sup>. Além disso, 12 dos 24

<sup>19</sup> <https://www.saarc-sec.org/index.php/about-saarc/about-saarc>, acessado em 18/09/2022

países do *ranking* são Estados-membros da Cúpula do Leste Asiático (EUA, Rússia, Coreia do Sul, Japão, China, Vietnã, Tailândia, Singapura, Mianmar, Malásia, Indonésia e Camboja)<sup>20</sup>. Tal aspecto nos permite observar a relevância que os países que fazem parte de processos de cooperação regional ou global juntamente à Índia possuem para o país em termos de prioridade de visitas presidenciais e justifica, de certa forma, a presença dos países do Norte Global entre os destinos indianos mais frequentes.

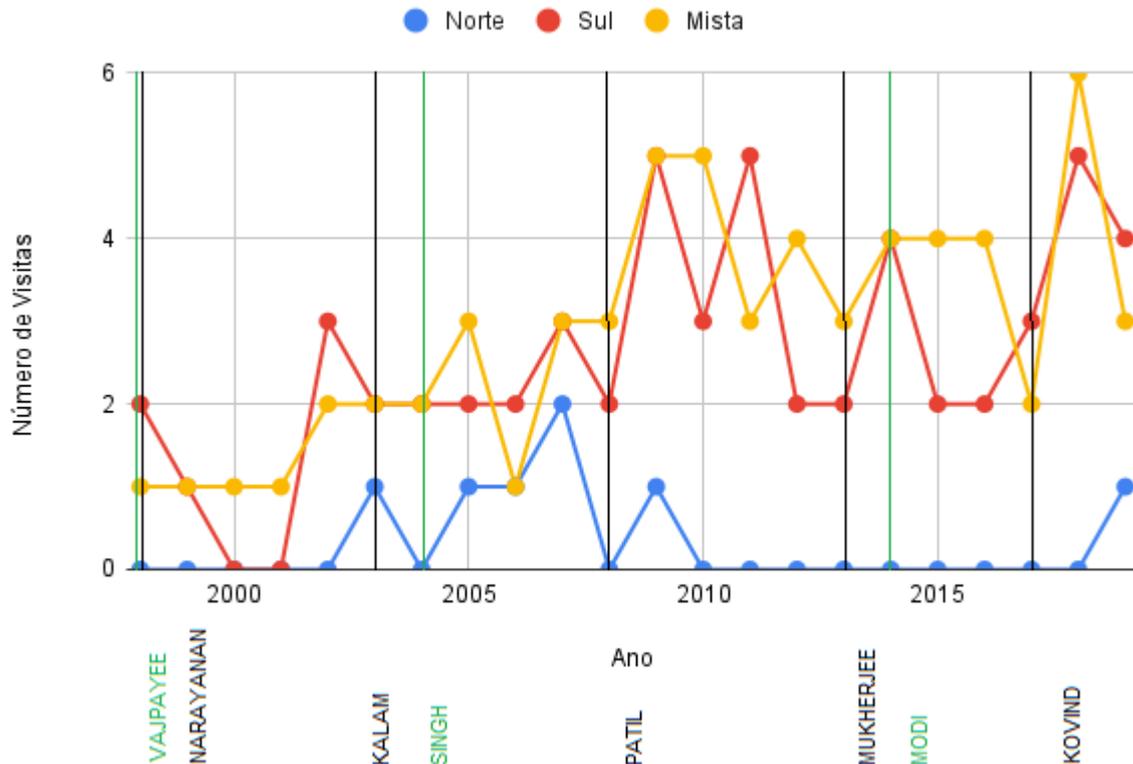
#### **5.4.2 Diplomacia de cúpula - visitas multilaterais**

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais da Índia a Organizações Internacionais do Norte Global, do Sul Global e Mistas no período de 1998 - 2019.

**Gráfico 15 - Número de visitas presidenciais da Índia a Organizações Internacionais do Norte e do Sul Globais ao longo do tempo (1998 - 2019)**

---

<sup>20</sup> <https://eastiasummit.asean.org/about-east-asia-summit>, acessado em 18/09/2022



**Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN IN Presidential diplomacy”**

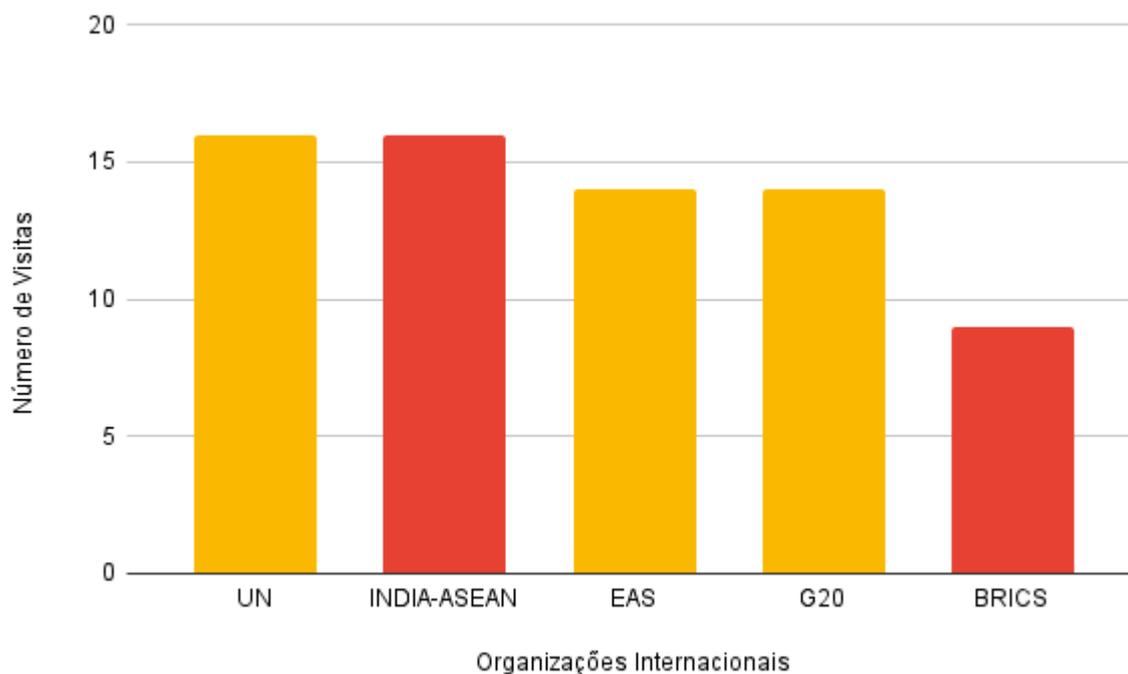
O total de visitas registradas de chefes de Estado/governo indianos a Organizações Internacionais durante o período considerado foi de 126. Destas, 7 foram para OIs do Norte Global, 56 para OIs do Sul Global e 63 para aquelas OIs consideradas mistas. O Sul Global representa, no âmbito das Organizações Internacionais, 44,4% do total de visitas, de modo que possui uma representação mais discreta do que as OIs mistas na série temporal. O primeiro-ministro que obteve maior número de visitas registradas foi Singh (64) e o que menos possui registro de participação em eventos multilaterais é Vajpayee (18). Entre os presidentes indianos, apenas Kalam possui uma visita registrada, em 2007, a uma reunião do Parlamento Europeu (União Europeia).

Em termos de classificação Norte e Sul, é possível observar um movimento descendente de visitas ao Sul Global durante os mandatos de Vajpayee (50%), Singh (47%) e Modi (44%). Em contrapartida, nota-se um movimento ascendente de visitas a OIs mistas ao longo do tempo (Vajpayee com 44%, Singh com 50% e Modi

com 53%). As Organizações Internacionais do Norte Global possuem uma representação ínfima de visitas indianas.

O gráfico abaixo ilustra o número de visitas presidenciais realizadas pela Índia às Organizações Internacionais mais frequentes entre 1998 - 2019.

**Gráfico 16 - Número de visitas recebidas pelas 5 Organizações Internacionais mais frequentes pela Índia (1998 - 2019)**



**Fonte: elaborado pela autora (2022), baseado nos dados disponíveis no banco “RPDN IN Presidential diplomacy”**

As 5 OIs com maior ocorrência de visitas pelos chefes de Estado/governo indianos ao longo do tempo somam um total de 69 registros, representando 54,7% dos destinos multilaterais entre 1998 - 2019. O primeiro posto é ocupado pelas Nações Unidas e pelo Tratado de Livre-Comércio entre a Associação de Nações do Sudeste Asiático e a Índia, demonstrando uma priorização equilibrada entre a integração Norte-Sul e a cooperação Sul-Sul. Há uma ênfase, ademais, de visitas à Cúpula do Leste Asiático (EAS), corroborando a relevância que o fórum (e seus países-membros) possui para o país, conforme previamente discutido. O BRICS também possui destaque, o que é interessante do ponto de vista que Brasil, Rússia, China e África do Sul constavam na lista de destinos mais frequentes em gráfico

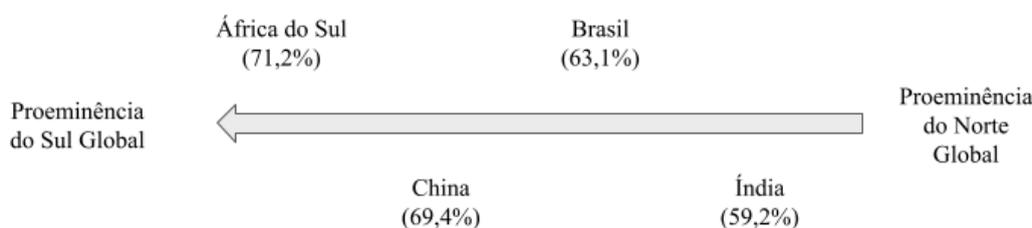
previamente apresentado, o que demonstra dupla importância para a Índia: tanto o bloco quanto os Estados-membros são destinos frequentes da atenção diplomática do país. A proeminência de organizações mistas no *ranking* e o crescimento no número de visitas a destinos mistos, ao longo do tempo, denotam que provavelmente a Índia tem dado preferência a este tipo de destino, em detrimento de países ou organizações exclusivamente classificadas como Sul Global. Um dos pontos em comum entre África do Sul, Brasil e Índia é a presença das Nações Unidas no *ranking* de organizações internacionais mais visitadas pelos países. Segundo Reitano (2019), as Nações Unidas constituem uma plataforma fundamental para os países menores, visto que sua capacidade de influência é maior quando combinada a de outros países membros da organização. Para eles, as Nações Unidas seriam como uma “solução prática para os recursos políticos, financeiros e humanos requeridos para participar efetivamente da arena internacional” (REITANO, 2019). De tal ponto de vista, é compreensível que haja uma priorização de países emergentes por garantir sua presença em encontros promovidos pela organização.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS, LIMITAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES FUTURAS

O quanto as potências emergentes priorizaram o Sul e o Norte Globais ao longo do tempo? Com o objetivo de mensurar a prioridade de potências emergentes entre países e organizações internacionais do Sul e do Norte globais ao longo do tempo, este trabalho testou, através do uso da estatística descritiva, a seguinte hipótese: (1) países e organizações internacionais do Sul Global receberam, em média, mais visitas de chefes de Estado/governo de potências emergentes do que países do Norte Global. Através dos dados analisados, é possível inferir que os resultados apontam para a confirmação da hipótese.

Observando-se visitas bilaterais e multilaterais de maneira agregada, pode-se inferir que a África do Sul possui maior inclinação ao Sul Global, enquanto a Índia possui menor inclinação para este tipo de destino, conforme ilustra imagem abaixo:

**Gráfico 17 - Gradação de países com maior inclinação ao Sul à menor inclinação**



**Fonte: Elaborada pela autora (2022)**

Os resultados indicam que a média de visitas ao Sul Global foi superior para as quatro potências, aproximadamente na proporção 71,2% para a África do Sul, 69,4% para a China, 63% para o Brasil e 59,2% para a Índia. O padrão se demonstrou perene tanto para iniciativas bilaterais quanto multilaterais no caso da África do Sul, Brasil e China, mas não da Índia, cujas visitas multilaterais ao Sul representam cerca de 44% do total. Os achados comprovam que as potências

emergentes, em geral, priorizaram destinos do Sul Global, validando apenas uma das nossas hipóteses de trabalho.

A proeminência dos Estados Unidos da América como um dos destinos bilaterais mais frequentes da África do Sul, do Brasil e da Índia pode ser amplamente explicada pela presença destes países em distintas conferências das Nações Unidas. No caso da África do Sul, 20 das 29 visitas foram para assistência a eventos da ONU. Se não fossem tais visitas multilaterais, os EUA ainda estariam presentes no ranking, mas numa posição consideravelmente inferior à posição em que consta. Já no caso do Brasil, 17 das 31 viagens aos EUA foram para eventos das Nações Unidas, de modo que mesmo sem considerar estas visitas, o país ainda estaria entre os 10 primeiros lugares dos destinos mais frequentados pelo Brasil. A Índia, por sua vez, conta com 22 viagens aos Estados Unidos, das quais 13 foram para assistir a eventos multilaterais da ONU. Assim como o Brasil, mesmo sem levar em conta as Nações Unidas, os EUA ainda estariam no topo entre os 10 países mais visitados pela Índia. A China possui um registro discreto de presença em eventos da ONU no banco de dados China Visits. São três registros, mas nenhum na sede das Nações Unidas em Nova Iorque, sendo uma à sede em Genebra, outra para participar da Conferência sobre Desenvolvimento Sustentável no Rio de Janeiro e outra para visita à Organização Mundial da Saúde. As seis visitas que constam no banco de dados das visitas chinesas aos EUA são de caráter bilateral. Talvez a subrepresentação das Nações Unidas tenha ocorrido pelo fato de que o banco de dados China Visits não registrou visitas chinesas cujo objetivo foi exclusivamente comparecer a eventos multilaterais, apenas levando em consideração as viagens em que também houve visitas formais de Estado, conforme previamente exposto na seção de dados e métodos.

Apesar dos esforços deste trabalho para elucidar a preferência de potências emergentes por destinos do Sul ou do Norte Globais como meios para alavancar seu status na hierarquia global, de modo algum se esgotam as possibilidades de estudos mais aprofundados ou através de outros métodos a fim de complementar as observações aqui apresentadas. Há limitações presentes no desenho de pesquisa deste trabalho que podem ser utilizadas como ponto de partida para contribuições futuras na academia. Primeiramente, como previamente exposto na seção de dados e métodos, a pretensão inicial do projeto era analisar todos os países-membros do BRICS, ou seja, Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul. Em razão da

indisponibilidade de dados sobre a diplomacia presidencial da Rússia, não foi possível alcançar tal iniciativa. Ainda em relação ao ponto da disponibilidade de dados, como também foi previamente mencionado, o banco China Visits contabiliza apenas visitas externas multilaterais quando há, ademais, uma visita oficial de Estado ao país anfitrião, diferentemente do banco RPDN. Assim, pode ser que os números relativos à diplomacia presidencial chinesa tenham sofrido uma subrepresentação. Em linhas gerais, a China ficou como o terceiro país com mais visitas registradas (507) e o segundo com maior proeminência dada ao Sul Global (69,4%). Caso as visitas exclusivamente com ambições multilaterais também estivessem presentes no banco, a China poderia ter ocupado uma posição de ainda maior destaque na análise dos resultados.

É importante ressaltar que, tratando-se de um estudo fundamentalmente quantitativo, este trabalho trata o número de visitas realizadas pelos chefes de Estado/governo dos países como sinalização de sua preferência ou prioridade em relação aos destinos do Sul ou Norte Globais. Entretanto, análises qualitativas sobre as visitas não são realizadas e, tendo em vista que a política externa é um conceito multifacetado, não é possível inferir que a prioridade de um país pode ser unicamente medida por meio de análises quantitativas. Além disso, diferentes países podem utilizar o mesmo instrumento diplomático da diplomacia presidencial e de cúpula para atingir a distintos fins, embora o foco deste trabalho tenha sido argumentar sobre a pretensão de um salto em termos de reconhecimento de status. Assim, incrementar a análise com métodos qualitativos pode ser uma oportunidade para contribuições futuras, a fim de complementar os achados aqui expostos. Além disso, em virtude do cronograma para a entrega deste projeto, não foi possível realizar nenhum teste estatístico a fim de verificar se as diferenças entre as regiões Norte e Sul são estatisticamente significativas. A expectativa é de que estudos futuros possam aplicar estes testes, bem como ir mais além e testar modelos causais de quais são os determinantes das visitas a esses destinos.

Em relação à classificação de destinos bilaterais, muito embora o trabalho tenha utilizado três fontes de dados diferentes, alguns países não constavam em algumas delas, de modo que a possibilidade de classificações imprecisas existem, apesar dos esforços para não fazê-lo. Por conseguinte, a classificação dos destinos multilaterais também está sujeita a este risco, visto que ela foi baseada na classificação prévia dos países para consolidar-se. Além disso, há o risco de que as

classificações realizadas através dos bancos de dados secundários levem a encaixes imprecisos quando comparados à realidade.

A heterogeneidade dos quatro países analisados também deve ser destacada enquanto uma limitação. Embora todos façam parte do BRICS e sejam reconhecidos como BASIC, há pontos sensíveis no que diz respeito a tratá-los como um grande grupo, como a questão da democratização no caso da China e a questão do desenvolvimento econômico em termos de PIB no caso do Brasil após 2014. Além disso, a China atualmente ocupa a posição de segunda economia global, bastante díspar em relação aos outros países.

Por fim, é preciso lembrar que as potências emergentes começaram a ascender no sistema internacional a partir da década de 1970 (SECCHES, 2020). As bases de dados utilizadas registram as visitas presidenciais a partir de 1995 ou 1996, no caso da RPDN; e a partir de 1998, no caso da China Visits. Neste trabalho, optamos por observar o período de 1998 - 2019. Assim, há uma lacuna temporal que ficou excluída da análise desde o momento em que as potências emergiram até o momento em que os dados foram contabilizados. Uma contribuição futura, portanto, seria ampliar o espaço temporal observado, de modo que uma análise longitudinal das preferências das potências emergentes seja mais precisa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADEBAJO, A. The Concentric Circles of South Africa's Foreign Policy. *In: ADEBAJO, A.; VIRK, K. (Ed.) Foreign Policy in Post-Apartheid South Africa*, London, New York: I.B.Tauris & Co. Ltd, p. 1-50, 2018

BAVA, S. India: Foreign policy strategy between interests and ideas. *In: FLEMES D. (Ed.) Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers*, Germany: Routledge, p. 113 - 127, 2010

BETZ, J. India: The Interaction of Internal and External Factors in Foreign Policy. *In: FLEMES, D. (Ed.) Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers*, Germany: Routledge, p. 237 - 254, 2010

BROWN, Kerry. **China's World: What Does China Want?**. London: I.B. Tauris, 2017.

CHAOUAD, Robert. Émergence: genèse et circulation d'une notion devenue catégorie d'analyse, **Revue internationale et stratégique**, v. 3, n. 103, p. 55-66, 2016

COHEN, J. Travel to and from the United States and Foreign Leader Approval. **Presidential Studies Quarterly**, vol. 52, no. 3, p. 490-508, 2022

COOPER, A.F. China, India and the pattern of G20/BRICS engagement: differentiated ambivalence between 'rising' power status and solidarity with the Global South, **Third World Quarterly**, vol. 42, no. 9, p. 1945-1962, 2021

DANESE, S. **Diplomacia Presidencial**. Brasília: Editora FUNAG, 2017

DUQUE, M. Recognizing International Status: A Relational Approach, **International Studies Quarterly**, vol. 62, no. 3, p. 577-592, 2018

FLEMES, D. Brazil: Strategic Options in the Changing World Order. *In*: FLEMES, D. (Ed.) **Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers**, Germany: Routledge, p. 93-112, 2010.

GELDENHUYS, D. South Africa: The Idea-driven Foreign Policy of a Regional Power. *In*: FLEMES, D. (Ed.) **Regional Leadership in the Global System: Ideas, Interests and Strategies of Regional Powers**, Germany: Routledge, p. 151-167, 2010.

GIACCAGLIA, Clarisa. A diez años de BRICS eclipse occidental, renacer asiático, **Temas y Debates**, v. 23, p. 93-91, 2019.

GILPIN, R. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GODOY, J., SILVA LAGE, M. C. Presidential diplomacy: an analysis of the Indo-African relationship and of Africa as a priority in Indian foreign policy. **Fronteira: Revista De iniciação científica Em Relações Internacionais**, vol. 21, no. 41, 106-134, 2022.

GOLDSMITH, B. E., HORIUCHI, Y., MATUSH, K. Does Public Diplomacy Sway Foreign Public Opinion? Identifying the Effect of High-Level Visits. **American Political Science Review**, vol. 115, no. 4, p. 1342-1357, 2021.

GOLDSTEIN, E. The Politics of the State Visit, **The Hague Journal of Diplomacy**, vol. 3, no. 2, p. 153–178, 2008.

KEOHANE, R. O. Lilliputians' Dilemmas: Small States in International Politics. **International Organization**, v. 23, n. 02, p. 291–310, 1969.

KRAPOHL, S. L. MEISSNER, K., MUNTSCHICK, J. Regional Powers as Leaders or Rambos? The Ambivalent Behaviour of Brazil and South Africa in Regional Economic Integration. **Journal of Common Market Studies**, vol. 52, no. 4. pp. 879–895, 2014.

KOLIEV, F., LUNDGREN, M. Visiting the hegemon: Explaining diplomatic visits to the United States. **Research & Politics**, vol. 8, no. 4, p. 1-7, 2021.

LAKE, D. A. **Hierarchy in International Relations**. Ithaca, London: Cornell University Press, ed. 1, 2009.

LARSON, D. W.; SHEVCHENKO, A. Managing Rising Powers: The Role of Status Concerns. *In*: PAUL, T.V.; WOHLFORTH, W.C.; LARSON, D. W. **Status in World Politics**. 1st edition. Cambridge: Cambridge University Press, p. 33-57, 2014.

MALIS, M.; SMITH, A. State Visits and Leader Survival. **American Journal of Political Science**, vol. 65, n. 1, p. 241-256, 2020.

MESQUITA, R.; CHIEN, J. H. Do regional powers prioritize their regions? Comparing Brazil, South Africa and Turkey, **Third World Quarterly**, vol. 42, no. 7, p. 1544-1565, 2021.

MILANI, C., PINHEIRO, L, SOARES DE LIMA, M. R. Brazil's foreign policy and the 'graduation dilemma'. **International Affairs**, vol. 93, no. 3, p. 585–605, 2017

MONTENEGRO, Renan. Uma Visão Geral da Política Externa Chinesa Contemporânea: Estratégias, Atores e Instrumentos. **Brazilian Journal of International Relations**, Marília, v. 8, n. 2, p. 297 - 329, maio/agosto. 2019.

PAES, L. DE O., CUNHA, A., M., FONSECA, P. C. D. Narratives of Change and Theorisations on Continuity: the Duality of the Concept of Emerging Power in International Relations. **Contexto Internacional**, v. 39, n. 1, p. 75–95, 2017.

PAUL, T.V., WOHLFORTH, W.C., LARSON, D. W., Status and World Order. *In*: PAUL, T.V., WOHLFORTH, W.C., LARSON, D. W. **Status in World Politics**. 1st edition. Cambridge: Cambridge University Press, p. 3-29, 2014.

REITANO R. Multilateral Diplomacy, Summits, and the United Nations. *In*: MULDOON J. P.; AVIEL J. F.; REITANO R; SULLIVAN E. **Multilateral Diplomacy and the United Nations Today**. 2nd edition. New York: Routledge, p. 231-239, 2019.

RODRIGUES, P., URDINEZ, F., DE OLIVEIRA, A. Measuring International Engagement: Systemic and Domestic Factors in Brazilian Foreign Policy from 1998 to 2014. **Foreign Policy Analysis**, vol. 15, no. 3, p. 370–391, 2019.

SARAIVA, M.G; RUIZ, J. B. Argentina, Brasil e Venezuela: as diferentes percepções sobre a construção do Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 52, no. 1, p. 149-166, 2009.

SECCHES, D. V.; VADELL, J.; RAMOS, L. Potências médias e potências emergentes na economia política internacional: uma aproximação teórico-conceitual. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 23, e59666, 2020.

WANG, Yu, STONE Randall W. China visits: a dataset of Chinese leaders' foreign visits. **The Review of International Organizations**, published online, April. 2022.

WIGHT, Martin. **A Política de Poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

YAN, Xuetong. From Keeping a Low Profile to Striving for Achievement. **The Chinese Journal of International Politics**, vol. 7, no. 2, p. 153–184, 2014.

## APÊNDICE A - Quadro de Classificação de países entre Sul Global e Norte Global

Quadro 4 - Classificação de países entre Sul Global e Norte Global

País	Brandt Line (1980) <sup>21</sup>	UN Country Classification (2014) <sup>22</sup>	IMF Data Fiscal Monitor <sup>23</sup> (2022)	Classificação Final
Afghanistan	Sul	Sul	Sul	Sul
Algeria	Sul	Sul	Sul	Sul
Angola	Sul	Sul	Sul	Sul
Argentina	Sul	Sul	Sul	Sul
Australia	Norte	Norte	Norte	Norte
Austria	Norte	Norte	Norte	Norte
Bahamas	Sul	Não consta	Não consta	Sul
Bahrain	Sul	Sul	Sul	Sul
Bangladesh	Sul	Sul	Sul	Sul
Belarus	Norte	Sul	Sul	Sul
Belgium	Norte	Norte	Norte	Norte
Benin	Sul	Sul	Sul	Sul
Bhutan	Sul	Sul	Sul	Sul
Bolivia	Sul	Sul	Sul	Sul
Botswana	Sul	Sul	Sul	Sul
Brazil	Sul	Sul	Sul	Sul
Brunei	Sul	Sul	Sul	Sul
Bulgaria	Norte	Norte	Sul	Norte

<sup>21</sup> [https://www.researchgate.net/publication/352126836\\_Global\\_South-Global\\_North\\_Differences](https://www.researchgate.net/publication/352126836_Global_South-Global_North_Differences), acessado em 22/08/2022

<sup>22</sup> [https://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp\\_current/2014wesp\\_country\\_classification.pdf](https://www.un.org/en/development/desa/policy/wesp/wesp_current/2014wesp_country_classification.pdf), acessado em 22/08/2022

<sup>23</sup> <https://data.imf.org/?sk=56B58DF4-F431-424C-93EC-77D2AD5BC55E&slid=1415831394526>, acessado em 22/08/2022

Burkina Faso	Sul	Sul	Sul	Sul
Burundi	Sul	Sul	Sul	Sul
Cambodia	Sul	Sul	Sul	Sul
Cameroon	Sul	Sul	Sul	Sul
Canada	Norte	Norte	Norte	Norte
Cabo Verde	Sul	Sul	Sul	Sul
Chad	Sul	Sul	Sul	Sul
Chile	Sul	Sul	Sul	Sul
China	Sul	Sul	Sul	Sul
Colombia	Sul	Sul	Sul	Sul
Comoros	Sul	Sul	Sul	Sul
Congo	Sul	Sul	Sul	Sul
Costa Rica	Sul	Sul	Sul	Sul
Côte d'Ivoire	Sul	Sul	Sul	Sul
Croatia	Norte	Norte	Sul	Norte
Cuba	Sul	Sul	Não consta	Sul
Cyprus	Norte	Norte	Norte	Norte
Czech Republic	Norte	Norte	Norte	Norte
Democratic Republic Of The Congo	Sul	Sul	Sul	Sul
Denmark	Norte	Norte	Norte	Norte
Djibouti	Sul	Sul	Sul	Sul
Dominican Republic	Sul	Sul	Sul	Sul
Ecuador	Sul	Sul	Sul	Sul
Egypt	Sul	Sul	Sul	Sul
El Salvador	Sul	Sul	Sul	Sul
Equatorial	Sul	Sul	Sul	Sul

Guinea				
Estonia	Norte	Norte	Norte	Norte
Ethiopia	Sul	Sul	Sul	Sul
Fiji	Sul	Sul	Sul	Sul
Finland	Norte	Norte	Norte	Norte
France	Norte	Norte	Norte	Norte
French Guiana	Não consta	Não consta	Não consta	Norte
Gabon	Sul	Sul	Sul	Sul
Gambia	Sul	Sul	Sul	Sul
Germany	Norte	Norte	Norte	Norte
Ghana	Sul	Sul	Sul	Sul
Greece	Norte	Norte	Norte	Norte
Guatemala	Sul	Sul	Sul	Sul
Guinea	Sul	Sul	Sul	Sul
Guinea-Bissau	Sul	Sul	Sul	Sul
Guyana	Sul	Sul	Sul	Sul
Haiti	Sul	Sul	Sul	Sul
Honduras	Sul	Sul	Sul	Sul
Hong Kong	Norte	Sul	Norte	Norte
Hungary	Norte	Norte	Sul	Norte
Iceland	Norte	Norte	Norte	Norte
India	Sul	Sul	Sul	Sul
Indonesia	Sul	Sul	Sul	Sul
Iran	Sul	Sul	Sul	Sul
Ireland	Norte	Norte	Norte	Norte
Israel	Norte	Sul	Norte	Norte
Italy	Norte	Norte	Norte	Norte

Jamaica	Sul	Sul	Sul	Sul
Japan	Norte	Norte	Norte	Norte
Jordan	Sul	Sul	Sul	Sul
Kazakhstan	Sul	Sul	Sul	Sul
Kenya	Sul	Sul	Sul	Sul
Kuwait	Sul	Sul	Sul	Sul
Kyrgyzstan	Sul	Sul	Sul	Sul
Laos	Sul	Sul	Sul	Sul
Latvia	Norte	Norte	Norte	Norte
Lebanon	Sul	Sul	Sul	Sul
Lesotho	Sul	Sul	Sul	Sul
Liberia	Sul	Sul	Sul	Sul
Libya	Sul	Sul	Sul	Sul
Lithuania	Norte	Norte	Norte	Norte
Luxembourg	Norte	Norte	Norte	Norte
Madagascar	Sul	Sul	Sul	Sul
Malawi	Sul	Sul	Sul	Sul
Malaysia	Sul	Sul	Sul	Sul
Maldives	Sul	Sul	Sul	Sul
Mali	Sul	Sul	Sul	Sul
Malta	Sul	Norte	Norte	Norte
Mauritania	Sul	Sul	Sul	Sul
Mauritius	Sul	Sul	Sul	Sul
Mexico	Sul	Sul	Sul	Sul
Moldova	Norte	Sul	Sul	Sul
Monaco	Norte	Não consta	Não consta	Norte
Mongolia	Sul	Sul	Sul	Sul

Morocco	Sul	Sul	Sul	Sul
Mozambique	Sul	Sul	Sul	Sul
Myanmar	Sul	Sul	Sul	Sul
Namibia	Sul	Sul	Sul	Sul
Nepal	Sul	Sul	Sul	Sul
Netherlands	Norte	Norte	Norte	Norte
New Zealand	Norte	Norte	Norte	Norte
Nicaragua	Sul	Sul	Sul	Sul
Niger	Sul	Sul	Sul	Sul
Nigeria	Sul	Sul	Sul	Sul
North Korea	Sul	Não consta	Não consta	Sul
Norway	Norte	Norte	Norte	Norte
Oman	Sul	Sul	Sul	Sul
Pakistan	Sul	Sul	Sul	Sul
Palestine	Não consta	Não consta	Não consta	Sul
Panama	Sul	Sul	Sul	Sul
Papua New Guinea	Sul	Sul	Sul	Sul
Paraguay	Sul	Sul	Sul	Sul
Peru	Sul	Sul	Sul	Sul
Philippines	Sul	Sul	Sul	Sul
Poland	Norte	Norte	Sul	Norte
Portugal	Norte	Norte	Norte	Norte
Qatar	Sul	Sul	Sul	Sul
Romania	Norte	Norte	Sul	Norte
Russia	Norte	Sul	Sul	Sul
Rwanda	Sul	Sul	Sul	Sul
Saint Lucia	Sul	Sul	Sul	Sul

Sao Tome And Principe	Sul	Sul–	Sul	Sul
Saudi Arabia	Sul	Sul	Sul	Sul
Senegal	Sul	Sul	Sul	Sul
Serbia	Norte	Sul	Sul	Sul
Seychelles	Sul	Sul	Sul	Sul
Singapore	Norte	Sul	Norte	Norte
Slovakia	Norte	Norte	Norte	Norte
Slovenia	Norte	Norte	Norte	Norte
South Africa	Sul	Sul	Sul	Sul
South Korea	Norte	Sul	Norte	Norte
South Sudan	Sul	Sul	Sul	Sul
Spain	Norte	Norte	Norte	Norte
Sri Lanka	Sul	Sul	Sul	Sul
Sudan	Sul	Sul	Sul	Sul
Suriname	Sul	Sul	Sul	Sul
Swaziland	Não consta	Sul	Não consta	Sul
Sweden	Norte	Norte	Norte	Norte
Switzerland	Norte	Norte	Norte	Norte
Syria	Sul	Sul	Sul	Sul
Tajikistan	Sul	Sul	Sul	Sul
Tanzania	Sul	Sul	Sul	Sul
Thailand	Sul	Sul	Sul	Sul
Timor-Leste	Sul	Sul	Sul	Sul
Togo	Sul	Sul	Sul	Sul
Trinidad And Tobago	Sul	Sul	Sul	Sul
Tunisia	Sul	Sul	Sul	Sul

Turkey	Norte	Sul	Sul	Sul
Turkmenistan	Sul	Sul	Sul	Sul
Uganda	Sul	Sul	Sul	Sul
Ukraine	Norte	Sul	Sul	Sul
United Arab Emirates	Sul	Sul	Sul	Sul
United Kingdom	Norte	Norte	Norte	Norte
United States	Norte	Norte	Norte	Norte
Uruguay	Sul	Sul	Sul	Sul
Uzbekistan	Sul	Sul	Sul	Sul
Vatican	Não consta	Não consta	Não consta	Norte
Venezuela	Sul	Sul	Sul	Sul
Vietnam	Sul	Sul	Sul	Sul
Zambia	Sul	Sul	Sul	Sul
Zimbabwe	Sul	Sul	Sul	Sul

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base nos bancos de dados do FMI Fiscal Monitor, UN Country Classification e Brandt Line

**APÊNDICE B - Quadro de Classificação de organizações internacionais entre Sul Global, Norte Global ou Mistas**

**Quadro 5 - Classificação de organizações internacionais entre Sul Global, Norte Global ou Mistas**

<b>Organização</b>	<b>Classificação</b>	<b>Justificativa</b>
Asia Cooperation Dialogue	Sul	Dos 35 Estados-membros, apenas dois são classificados como Norte Global
Africa - Europe Union Summit	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
Africa - France Summit	Mista	Encontro de Cúpula de diálogo entre os países africanos (Sul Global) e a França (Norte Global)
African Union	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Asia - Pacific Economic Cooperation	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
Asia - South America Summit	Sul	A Cúpula América do Sul - África é formada por 54 países africanos e 12 países sul-americanos com o objetivo de promover cooperação Sul-Sul
Association of Southeast Asian Nations	Sul	Dos 10 Estados-membros, apenas um é classificado como Norte Global
Asia - Europe Meeting	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
Aswan Forum for Sustainable Peace and	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do

Development		Sul Global
Andean Community Meeting	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Bay of Bengal Initiative for Multi-Sectoral Technical and Economic Cooperation	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Bolivia Gas Crisis Summit	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Brazil, Bolivia and Peru Meeting	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Brazil, Turkey And Iran Meeting	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
BRICS Summit	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Caribbean Community Summit	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Central American Integration System	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Community of Latin American and Caribbean States	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
China - Africa Cooperation Forum	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Congress of the Socialist International	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
Cooperation Between China and Central and Eastern European Countries	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global

China - EU Summit	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
China - Japan - South Korea Summit	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
China - Latin America and Caribbean Cooperation	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
China-Pacific Island Countries Economic Development and Cooperation Forum	Sul	De todos os Estados-membros, apenas dois são classificados como Norte Global
Commonwealth Heads of Government Meeting	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
Conference on Interaction and Confidence Building Measures in Asia	Sul	Dos 27 Estados-membros, apenas dois são classificados como Norte Global
COMESA-EAC-SADC Tripartite Meeting	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Community of Portuguese Language Countries Meeting	Sul	Dos 9 Estados-membros, apenas um é classificado como Norte Global
East African Community Summit	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
East Asia Summit	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
Economic Community of Central African States	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Economic Community of West African States	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global

Eastern Economic Forum	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
European Union	Norte	Todos os Estados-membros são do Norte Global
Europe Union - Community of Latin America and Caribbean States	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
Europe Union - Latin America and Caribbean Leaders' Meeting	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
G4	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
G5	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
G7	Norte	Todos os Estados-membros são do Norte Global
G8	Norte	Dos 8 países, apenas um é classificado como Sul Global
G15	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
G20	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
G77	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Gulf Cooperation Council	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Greater Mekong Subregion Summit	Sul	Todos os Estados-membros são do

		Sul Global
Ibero - American Summit	Mista	O objetivo da cúpula é estabelecer o reconhecimento de um espaço comum ibero-americano de acordo e cooperação política <sup>24</sup>
IBSA Summit	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
International Contact Group on the Central African Republic	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
International Contact Group - Libya	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
International Conference On The Great Lakes Region	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
International Monetary Fund - World Bank	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
India - Africa Summit	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
India - ASEAN Summit	Sul	Na ASEAN, apenas 1 dos Estados-membros é classificado como Norte Global
India - European Union Summit	Mista	Encontro de Cúpula de diálogo entre os países da União Europeia (Norte Global) e a Índia (Sul Global)
India - Nordic Summit	Mista	Encontro de Cúpula de diálogo entre os países Nórdicos (Norte Global) e a Índia (Sul Global)

<sup>24</sup> <https://www.segib.org/en/ibero-american-summits/>, acessado em 18/09/2022

International Olympic Committee	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
Indian Ocean Rim Association Summit	Sul	Dos 23 países, apenas três são classificados como Norte Global
Latin America - Caribbean Summit	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
MERCOSUR Summit	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
MERCOSUR - European Union Summit	Mista	Encontro de Cúpula entre países do MERCOSUL (Sul Global) e da União Europeia (Norte Global)
MERCOSUR - The Pacific Alliance	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Montevideo Circle	Sul	Banco de dados RPDN classifica a visita brasileira ao Círculo de Montevidéu como uma visita à uma Organização Regional
Nairobi II Summit	Sul	9 países africanos foram convocados para mediar um conflito
Non-Aligned Movement Summit	Sul	Dos 40 Estados-membros, apenas um é classificado como Norte Global
Nuclear Security Summit	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
Organization of African, Caribbean and Pacific States	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Organization of American States	Sul	Todos os Estados-membros são do

		Sul Global
Organization of Islamic Cooperation	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Pacific Islands Leaders Meeting	Mista	Apesar de ter maioria de membros do Sul Global, a PALM é liderada pelo Japão (Norte Global) e conta com a presença da Austrália e Nova Zelândia
Progressive Governance Conference	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
PROSUR	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Regional Summit on Burundi	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Rio Group	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Russia - Africa Summit	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
South Asian Association for Regional Cooperation	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Southern African Customs Union	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Summit of South American - Arab Countries	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Southern African Development Community	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Shanghai Cooperation Organisation	Sul	Todos os Estados-membros são do

		Sul Global
Shangri-La Dialogue	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
South American Presidents Summit	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
St. Petersburg International Economic Forum	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
Summit on the Situation in Congo	Sul	7 países africanos foram convocados para debater a situação no Congo
Summit on the Situation in Ivory Coast	Sul	Banco de dados RPDN classifica o encontro na categoria Organização Regional
Tokyo International Conference on African Development	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
United Nations	Mista	Há Estados-membros tanto do Norte quanto do Sul Global
UNASUR	Sul	Todos os Estados-membros são do Sul Global
United States - Africa Summit	Mista	Encontro de Cúpula de diálogo entre os países africanos (Sul Global) e os EUA (Norte Global)
World Economic Forum	Mista	Organização Internacional que objetiva impulsionar parcerias público-privadas a nível global
World Government Summit	Mista	Organização Internacional que conta com a presença de cerca de 150 países

World Health Summit	Mista	Organização Internacional que objetiva impulsionar a saúde a nível global
World Trade Organization	Mista	Organização Internacional que conta com a presença de cerca de 164 países para debater normas e comércio a nível global

Fonte: Elaborado pela autora (2022), com base no Anexo A